

DIÁLOGO GLOBAL

8.3

3 edições por ano em 17 idiomas

Falando sobre sociologia
com Nancy Fraser

Christine Schickert

Democracia
desafiada

Hauke Brunkhorst
Christian Fuchs
Andrea Silva-Tapia
Hlengiwe Ndlovu
Gerassimos Kouzelis
Haryati Abdul Karim
Esteban Torres Castaños
Amy Austin Holmes
Peter Wahl

In Memoriam:
Aníbal Quijano

Nicolás Lynch
Raquel Sosa Elízaga

Enfrentando a
pobreza

Joshua Budlender
Vassilis Arapoglou
Juliana Martínez Franzoni
Fabian Kessl
Mustafa Koç

Perspectivas
teóricas

Sujata Patel

Sociologia
na Polónia

Marta Buchole
Jan Czarzasty
Juliusz Gardawski
Adam Mrozowicki
Vera Trappmann
Katarzyna Dębska
Sara Herczyńska
Justyna Kościńska
Kamil Trepka
Maciej Gdula

REVISTA



International
Sociological
Association
ISA

VOLUME 8 / EDIÇÃO 3 / DEZEMBRO 2018
<http://globaldialogue.isa-sociology.org/>

DG



> Editorial

Muitos países, instituições e processos democráticos enfrentam desafios e pressões crescentes. Tendências autoritárias podem ser observadas tanto em democracias jovens quanto nas mais consolidadas: uma forma de liderança de cima para baixo ganha novamente destaque, o nacionalismo aumenta e a sociedade civil se vê enfraquecida diante da restrição dos direitos políticos. Os direitos das mulheres e das minorias estão particularmente sob ataque. Na entrevista que abre esta edição da *Diálogo Global*, Nancy Fraser, uma das pensadoras feministas mais renomadas e instigantes da atualidade, retoma alguns aspectos desse desenvolvimento, debatendo a questão da construção de um movimento feminista mais inclusivo juntamente com sua ideia de um “feminismo para os 99%”.

Os artigos do nosso primeiro simpósio sobre “A democracia desafiada” examinam como a democracia está sob pressão em partes específicas do mundo, desde a situação tensa na África do Sul pós-apartheid até as políticas de austeridade que ameaçam países como Grécia ou o apagamento das contribuições das mulheres na Revolução Egípcia. Enquanto os autores descrevem e analisam novos desenvolvimentos da virada autoritária no seio do capitalismo, eles também avaliam conceitos e ideias que visam fortalecer os processos democráticos.

Em maio de 2018, Aníbal Quijano, um dos mais eminentes sociólogos do Peru e da América Latina, faleceu aos 87 anos. Seus trabalhos sobre imperialismo e colonialismo, bem como seu conceito de “colonialidade do poder”, influenciaram gerações de sociólogos em toda parte. Dois

de seus colegas mais próximos analisam sua vida e celebram seu legado.

Para nosso segundo simpósio, intitulado “Enfrentando a pobreza”, reunimos artigos que analisam uma variedade de manifestações da pobreza contemporânea, desde o impacto da política de austeridade na Grécia até o crescente número de mulheres pobres na América Latina, apesar de uma economia política amistosa. Seis autores de todo o mundo foram convidados a lançar luzes sobre os desenvolvimentos regionais específicos da pobreza e os obstáculos que as políticas contra ela enfrentam.

Em seu artigo sobre modernidades globais, Sujata Patel, uma proeminente socióloga da Índia, discute a natureza e o conteúdo dessa teoria do mundo globalizado. Ela dá uma visão histórica e teórica sobre o conceito de modernidades múltiplas e as críticas que ele esboça.

Desde o início, os pensadores poloneses desempenharam papel importante no desenvolvimento da sociologia enquanto disciplina científica; é nesse sentido que esta edição oferece insights sobre sua história na Polônia. Mas não é apenas sua história que nos estimulou a nos concentrarmos neste país, mas também a sua vibrante sociologia, engajada hoje em muitas questões importantes ao nosso tempo. Os artigos introduzem os leitores à pesquisa atual, como estudos sobre trabalhadores jovens e precarizados, sobre o recente comportamento eleitoral dos poloneses, bem como sobre as mudanças na esfera pública polonesa e suas implicações para a sociologia contemporânea. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,
editores da *Diálogo Global*

> A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 17 idiomas no [website da ISA](#).

> Submissões devem ser enviadas para globaldialogue.isa@gmail.com.

ISA International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**



> Equipe editorial

Editores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores Assistentes: Johanna Grubner, Christine Schickert.

Editor associado: Aparna Sundar.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de mídia: Gustavo Taniguti.

Conselho editorial:

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloisa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Nazanin Shahrokni.

Editores Regionais

Mundo árabe: Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Argentina: Juan Ignacio Piovani, Alejandra Otamendi, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.

Bangladesh: Habibul Haque Khondker, Hasan Mahmud, Juwel Rana, US Rokeya Akhter, Toufica Sultana, Asif Bin Ali, Khairun Nahar, Kazi Fadia Esha, Helal Uddin, Muhaimin Chowdhury, Md. Eunos Ali.

Brasil: Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Lucas Amaral Oliveira, Benno Warken, Angelo Martins Junior, Dmitri Cerboncini Fernandes.

Casaquistão: Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanyshtel, Almagul Mussina, Aknur Imankul

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Jyoti Sidana, Nidhi Bansal, Pragya Sharma.

Indonésia: Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriayati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Sina Bastani, Sayyed Muhamad Mutallebi, Vahid Lenjanzade.

Japão: Satomi Yamamoto, Sara Maehara, Masataka Eguchi, Riho Tanaka, Marie Yamamoto, Kaori Hachiya, Ayana Kaneyuki, Erika Kuga, Kaya Ozawa, Tsukasa Shibagaki, Michiaki Yuasa, Rikuho Baba.

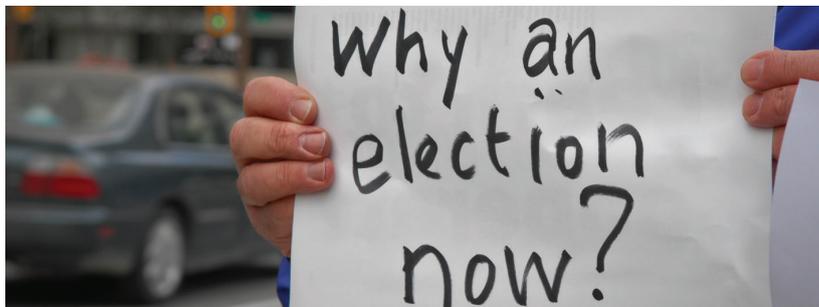
Polónia: Jakub Barszczewski, Iwona Bojadziewicz, Katarzyna Dębska, Paulina Domagalska, Krzysztof Gubański, Sara Herczyńska, Justyna Kościńska, Łucja Lange, Adam Müller, Zofia Penza-Gabler, Anna Wandzel, Jacek Zych.

Romênia: Cosima Rughiniş, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Luciana Anăstăsoaie, Adriana Lavinia Bulumac, Cristian Chira, Denisa Dan, Diana Alexandra Dumitrescu, Radu Dumitrescu, Iulian Gabor, Aleksandra Irimie-Ana, Bianca Mihăilă, Andreea Elena Moldoveanu, Rareş-Mihai Muşat, Oana-Elena Negrea, Mioara Paraschiv, Alina Cristina Păun, Codruţ Pînzaru, Susana Maria Popa, Adriana Sohodoleanu, Elena Tudor.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Anastasia Daur, Valentina Isaeva.

Taiwan: Jing-Mao Ho.

Turquia: Gül Çorbacioğlu, İrmak Evren.



A **democracia** está sob pressão em muitas partes do mundo hoje. Neste simpósio, oito sociólogos destacam os desafios que a democracia enfrenta em diferentes países, discutem como as pessoas lutam por direitos mais democráticos e analisam criticamente as práticas políticas atuais.



O tema da pobreza e da realidade das pessoas que **enfrentam a pobreza** sempre foi uma questão premente para os sociólogos. Neste simpósio, cinco acadêmicos de todo o mundo discutem desenvolvimentos regionais específicos de políticas de redução da pobreza (ou a falta deles) e analisam diferentes trajetórias em esferas específicas de necessidades humanas básicas, como a segurança



Esta seção apresenta uma introdução ao desenvolvimento histórico da **sociologia** polonesa, bem como *insights* sobre a pesquisa sociológica atual no país.



A **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Feminismo em tempos neoliberais:
uma entrevista com Nancy Fraser
Por Christine Schickert, Alemanha 5

> DEMOCRACIA DESAFIADA

A crise da democracia
Por Hauke Brunkhorst, Alemanha 9

A ascensão do capitalismo autoritário
Por Christian Fuchs, Reino Unido 11

Cidadania etnizada enquanto cidadania ilegítima
Por Andrea Silva-Tapia, Alemanha 13

A falácia da democracia na África do Sul pós-1994
Por Hlengiwe Ndlovu, África do Sul 15

Democracia em Atenas
Por Gerassimos Kouzelis, Grécia 17

Mídia social e democracia – uma faca de dois gumes?
Por Haryati Abdul Karim, Malásia 19

Recuo democrático na Argentina
Por Esteban Torres Castaños, Argentina 21

O apagamento das mulheres da Revolução Egípcia
Por Amy Austin Holmes, Egito 23

Governança global:
um conceito para uma ordem democrática mundial?
Por Peter Wahl, Alemanha 25

> IN MEMORIAM: ANÍBAL QUIJANO, 1928-2018

O intelectual por excelência
Por Nicolás Lynch, Peru 27

A alegria do guerreiro
Por Raquel Sosa Elízaga, México 29

> ENFRENTANDO A POBREZA

Principais características da pobreza pós-apartheid
Por Joshua Budlender, EUA 30

Bem-estar após o socorro: paisagens da pobreza na Grécia
Por Vassilis Arapoglou, Grécia 32

Por que há mais mulheres pobres na América Latina?
Por Juliana Martínez Franzoni, Costa Rica 34

“Economia de caridade”: na sombra do Estado de bem-estar
Por Fabian Kessl, Alemanha 36

Discurso sobre a segurança alimentar: desafios para o século 21
Por Mustafa Koç, Canadá 38

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Modernidade Global
Por Sujata Patel, Índia 40

> SOCIOLOGIA NA POLÔNIA

(Onde) nós importamos? Olhando para trás na sociologia polonesa
Por Marta Bucholc, Alemanha/Polônia 43

Jovens trabalhadores precarizados na Polônia e na Alemanha
**Por Jan Czarzasty, Juliusz Gardawski,
Adam Mrozowicki, Polônia, e Vera Trappmann,
Reino Unido** 45

Por que as pessoas votam em partidos de direita?
**Por Katarzyna Dębska, Sara Herczyńska, Justyna
Kościńska e Kamil Trepka, Polônia** 47

Prospectos para a sociologia na nova esfera pública
Por Maciej Gdula, Polônia 49

“**No nosso mundo atual, não podemos mais pensar em estados-nação cultural, racial ou etnicamente homogêneos. Ouvir os que foram silenciados é uma dívida histórica que deve ser paga para aprofundar a democracia**”

Andrea Silva-Tapia

> Feminismo

em tempos neoliberais:

uma entrevista com Nancy Fraser



Nancy Fraser.

Nancy Fraser é uma das mais eminentes teóricas críticas e pensadoras feministas dos tempos atuais. É professora de Filosofia e Política na *New School for Social Research* em Nova Iorque. suas várias publicações já amplamente lidas e traduzidas, entre elas *Redistribuição ou Reconhecimento? Uma controvérsia político-filosófica* (2003), fruto de um debate travado com Axel Honneth, em que ela desenvolve um conceito teórico de justiça e injustiça, argumentando que a justiça pode ser conceituada de duas maneiras complementares: como justiça distributiva e justiça de reconhecimento. Ela afirma que tanto a redistribuição quanto o reconhecimento são centrais para combater as injustiças de hoje. Fraser também publicou muitos livros e artigos sobre feminismo e questões feministas, tanto como acadêmica quanto como ativista, entre eles *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis* (2013). Nesta entrevista, ela conversa com Christine Schickert, diretora administrativa do Grupo de Pesquisa sobre Sociedades do Pós-Crescimento, do Departamento de Sociologia da Universidade de Jena, na Alemanha, e editora assistente da *Diálogo Global*.

CS: Já se passaram quase dez anos desde que seu artigo “Feminismo, Capitalismo e a astúcia da História” foi publicado. Nele, você basicamente argumenta que o feminismo dominante ou liberal foi cooptado pelo capitalismo para seus próprios fins. Você poderia descrever seu argumento principal?

NF: Eu estava escrevendo aquele artigo em um momento muito específico, que foi justamente quando a crise financeira mundial estava se desenrolando e quando Barack Obama, falando sobre esperança e mudança, havia sido eleito presidente. Foi um período em que todos

reconheceram que estávamos em um momento decisivo e assustador da história, e havia muita esperança de que algo diferente pudesse acontecer. Na verdade, havia algo naquele momento que, de repente, me fez pensar na história do feminismo como um todo. Por muito tempo, eu fiquei insatisfeita com a direção que o feminismo liberal ou mainstream havia tomando, sobre o qual eu havia tentado escrever anteriormente, falando sobre o foco excessivo que ele deu à questão do reconhecimento e a sub-atenção dada à questão da distribuição; mas isso me proporcionou uma visão mais clara sobre este momento de crise.

>>

Minha sensação era de que havia uma grande mudança na natureza da sociedade capitalista que corria paralelamente ao desenvolvimento do feminismo. Quando a segunda onda do feminismo eclodiu, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, estávamos à beira do abismo, mas ainda pensávamos estar vivendo em um regime capitalista mais ou menos seguro, socialdemocrata ou administrado pelo Estado. Pensávamos que os ganhos que aquele regime havia trazido eram seguros e que poderíamos partir dele para exigir um mundo democrático e igualitário mais radical, no qual o feminismo seria um ator importante.

O que aconteceu, no entanto, foi a crise da socialdemocracia, que estava prestes a se desdobrar, e a ascensão do neoliberalismo. Essa foi uma forma totalmente nova de capitalismo, e as feministas – não apenas as feministas, mas também muitos outros atores progressistas de movimentos sociais – demoraram muito para perceber isso. Para simplificar, ainda estávamos dando continuidade a esse tipo de agenda focada em reconhecimento, sem entender como a economia política havia mudado. Não era mais uma questão de que tínhamos nos esquecidos da redistribuição, mas que, sem perceber – ou, pelo menos, muitos de nós não percebemos –, estávamos realmente contribuindo com algo positivo e essencial para o neoliberalismo. Demos-lhe uma espécie de carisma e legitimidade, permitindo a ele usar nosso carisma libertador e emancipatório como uma espécie de instrumento de legitimação ou alibi para o novo regime regressivo de economia política que estava sendo introduzido.

Esse foi o argumento. Como estávamos em um momento de crise, aparentemente, em 2008 e 2009, pensei que se tratava de uma época em que seria possível – como eu disse no final do ensaio que você citou – pensar grande, pensar fora da caixa e introduzir um novo tipo de feminismo por intermédio de uma mudança ou de uma correção de curso, em que poderíamos ser parte de um verdadeiro projeto anti-neoliberal.

CS: *Imagino que muitas mulheres que se identificavam como ativistas ou acadêmicas feministas perceberam no seu artigo um questionamento de seus trabalhos e buscaram responder de forma defensiva a sua análise.*

NF: Eu estava esperando muita crítica quando publiquei o ensaio. Mas, na realidade, eu recebi muito menos do que eu esperava, pelo menos dos círculos feministas acadêmicos nos quais eu estou inserida. Mesmo que as pessoas não concordassem completamente comigo, elas acharam que eu estava fazendo algo e que, de fato, alguma coisa tinha dado errado com o feminismo. Havia uma sensação ampla de que o mundo que, um dia, havíamos pensado construir não era o mundo no qual realmente estávamos vivendo. Havia muito mais pessoas do que eu esperava dispostas a pensar sobre essa tese.

Sinto que não é nem uma acusação nem uma questão de culpa, mas uma necessidade premente de entender como uma certa forma de hegemonia progressista e neoliberal foi capaz de se construir e vencer a batalha pelo senso comum da época. Acho que precisamos entender o papel que podemos ter jogado involuntariamente, para que possamos fazer melhor futuramente, fazer uma correção. Nenhuma feminista branca gostava de ouvir das mulheres negras que tínhamos, ainda que sem querer, replicado muitas suposições ligadas à supremacia branca ou que não eram, de modo algum, sensíveis às diferentes situações das mulheres negras. Mas nós tivemos que ouvir mesmo assim, e tivemos que absorver essa crítica; e acho que, no limite, isso é verdade. A primeira reação é frequentemente defensiva, claro, mas você não pode simplesmente permanecer nesse estado para sempre.

CS: *Mas eu suponho que as feministas liberais não se veem promovendo uma agenda neoliberal, e sim lutando por uma maior igualdade de gênero...*

NF: Veja, a questão aqui é: o que queremos dizer com igualdade? A igualdade é mais um desses conceitos essencialmente contestados com interpretações concorrentes. A interpretação liberal é aquela que eu chamaria de “interpretação meritocrática”. É a ideia de que, no final das contas, as mulheres são indivíduos e devem, tal como os homens, ter a oportunidade de irem tão longe quanto os seus talentos as puderem levar enquanto indivíduos. Igualdade, nesse raciocínio, significa tentar desmantelar as barreiras que causam a discriminação; o problema da desigualdade é o da discriminação, sendo que remover as barreiras discriminatórias seria abrir espaço para que essas mulheres talentosas e individuais possam ir tão longe quanto os homens.

A primeira coisa que quero dizer é que esse é um ideal específico de classe. O que isso realmente significa é que elas querem ser iguais aos homens brancos heterossexuais de sua própria classe. O que o feminismo significa, para mim, é uma ideia mais robusta e radical de igualdade que, na verdade, não é apenas sobre diversificar a hierarquia sexual, mas sim de aboli-la – ou ao menos diminuí-la significativamente. Portanto, essa ideia de igualdade meritocrática eu nem sequer chamaria de igualdade. A meritocracia liberal, como uma interpretação possível da igualdade, trouxe de fato alguns ganhos reais, mas apenas para um estrato pequeno de mulheres. A esmagadora maioria das mulheres não usufruem desse privilégio, não chegam a ameaçar o teto de vidro do patriarcado; elas estão presas em coisas mais básicas, digamos, no porão, limpando e varrendo os pequenos pedaços quebrados de vidro pelas mulheres mais privilegiadas. Eu somo aos esforços de tentar desenvolver um tipo alternativo de feminismo em oposição a esse feminismo liberal e meritocrático.

CS: Desde a eleição de vários líderes conservadores nos Estados Unidos e na Europa, há um debate sobre as causas dos êxitos da direita: teria havido um suposto foco unilateral na questão da “identidade” no interior dos movimentos sociais em detrimento das questões relativas às desigualdades econômicas? O que esse debate significa para um movimento feminista que, na superfície, tem como fator mobilizador nossa identidade compartilhada enquanto mulheres?

NF: Acho que podemos abordar isso em diferentes níveis. No nível conceitual, sempre argumentei que a ideia de que existem alguns movimentos que são movimentos de identidade e alguns movimentos que são movimentos de classe é um mal-entendido. Movimentos baseados em classes sociais têm os dois aspectos. Eles têm um aspecto estrutural, que eu tentei teorizar em termos de distribuição, mas existem outras maneiras de explicá-lo; por exemplo, de que eles sempre têm um aspecto identitário embutido, no sentido de que todas as lutas de classes, mesmo quando não estão explicitamente focadas na questão da identidade, transmitem uma imagem acerca dessa luta. Eu não acho que o feminismo seja diferente disso; a subordinação das mulheres nas sociedades capitalistas é tão estruturalmente fundamentada quanto a exploração de classe. Então, fico irritada quando as pessoas dizem que o feminismo é um movimento identitário e essa “outra coisa” é um movimento de classe. Acho que nossas reivindicações são profundamente estruturais e enraizadas em contradições primárias. Ao mesmo tempo, todos os movimentos têm uma base de identidade.

A base da identidade pode desviá-lo, no entanto. Existe, agora, uma palavra de ordem, que é a interseccionalidade. Eu tenho algumas críticas acerca dessa linguagem, mas o ponto principal dessa teoria está correto. O ponto principal é de que nem todas as mulheres estão no mesmo barco, nem todas as pessoas da classe trabalhadora estão no mesmo barco e nem todas as pessoas negras estão no mesmo barco. Existem essas assimetrias estruturais transversais; e essas são assimetrias de poder, de vantagem e de desvantagem, etc. Um feminismo que diz “não vamos olhar para essas questões, vamos apenas falar sobre mulheres” vai acabar falando apenas para um estrato privilegiado de mulheres. Isso é o que eu acho que o feminismo liberal e meritocrático fez durante muito tempo. O feminismo tem que ser sensível tanto a questões de classe, quanto de raça e todos os outros grandes eixos de opressão nas sociedades capitalistas.

CS: Você mesma, recentemente, junto com várias outras célebres pensadoras feministas, abordou essa questão de criar um movimento mais inclusivo, desenvolvendo a ideia de um “feminismo para os 99%”. Você poderia nos contar um pouco mais sobre essa iniciativa?

NF: É um tipo de linguagem populista que pegamos emprestado do Occupy. Você pode dizer que, de um ponto de vista estritamente sociológico, não é totalmente rigoroso, mas tem um tremendo poder mobilizador e logra transmitir instantaneamente a ideia de que não se trata do feminismo de Christine Lagarde e Hillary Clinton. É quase uma forma de descrever-se mediante “palavras de luta” contra o feminismo *mainstream* alinhado aos poderes. É precisamente uma tentativa de correção de curso. O que aconteceu nas últimas décadas, como eu diagnostiquei no ensaio já citado nesta entrevista, foi que, em certo sentido, o feminismo – ou correntes importantes e dominantes do feminismo – tinha sido, de alguma forma, sugado para um tipo de aliança ou, como Hester Eisenstein dizia, estabelecido uma “ligação perigosa” com as formas neoliberais e servido de alibi para elas. Portanto, a antítese das forças neoliberais que representam o 1% é um feminismo que representa os 99%. Foi uma estratégia retórica muito simples. A coisa interessante sobre isso – e foram apenas algumas de nós que sonharam sobre esse movimento – foi que ele realmente pegou e conseguiu alguma tração social, o que para mim mostra que havia algo ali só esperando para que uma nova coisa acontecesse. Ou seja, havia uma real necessidade esperando por isso.

Esse feminismo para as 99% está realmente preocupado com a situação da esmagadora maioria das mulheres que compõem a maior parte dos processos de reprodução social e do trabalho assalariado, cujas condições de vida estão se deteriorando sob esse regime do capitalismo neoliberal financeiro. Essa forma de capitalismo exige muito mais horas de trabalho remunerado por família do que o tipo anterior de capitalismo; ele está atacando o bem-estar social e todos os tipos de regimes de proteção social em nível nacional, utilizando o déficit monetário e o endividamento como armas. As mulheres estão na linha de frente desse ataque à reprodução social, e as 99% feministas estão focando nesses aspectos e os vinculando ao problema estrutural dessa forma de capitalismo. Estamos tentando nomear o sistema, como costumávamos dizer no movimento “Estudantes para uma Sociedade Democrática” (SDS); e considerando que o feminismo liberal é sobre obter acesso ao sistema, estamos falando sobre maneiras pelas quais o sistema está tornando nossas vidas inabitáveis.

CS: Mas 53% das mulheres brancas nos Estados Unidos votaram em Donald Trump nas eleições de 2016, um candidato que não é apenas abertamente sexista, mas que não se preocupa com qualquer tipo de igualdade de gênero. A ideia de um feminismo para as 99% chega até essas mulheres?

NF: Nem todas, mas acho que chega a boa parte delas. Claro, algumas mulheres agem como os homens que votaram em Trump; elas são, também, republicanas que odeiam a Hillary Clinton e simplesmente não votariam nela jamais, ou então empresárias que querem o livre mercado,

etc. Muitas delas são as desconfiadas de sempre que votam nos republicanos; mas nem todas, é preciso dizer. Algumas são mulheres da classe trabalhadora oriundas de áreas desindustrializadas que foram devastadas pela mudança na produção de manufaturados para fora dos Estados Unidos, e algumas delas são mulheres provenientes do sul do país. Houve uma nova industrialização no sul, muitas vezes de forma não sindicalizada, região que também foi devastada nos últimos anos. Essas mulheres também foram golpeadas. Há mulheres do campo, mulheres de pequenas cidades onde o desemprego é horrível, onde o vício em opiáceos é desenfreado, e assim por diante. O ponto é que essas não são as pessoas que vão se beneficiar do feminismo alinhado ou de qualquer versão do neoliberalismo progressista.

Ainda não houve muitos estudos sérios, rigorosos e etnográficos sobre o porquê dessas mulheres terem votado em Trump; mas ainda haverá. Nas poucas entrevistas que tenho visto - e isso não é algo sistemático -, você pode ter uma ideia do que as pessoas estavam sentindo na época. Quando eles ouviram as fitas do *Hollywood Access* (que foi logo antes da eleição, quando Trump se gabava de pegar mulheres “pela buceta”), elas diziam que comentários como aqueles faziam elas se sentirem realmente muito mal, que elas não gostavam, que se tratou de algo desrespeitoso, e que elas queriam que ele não falasse assim nunca mais; no entanto, dado todo o resto, Trump ainda era a melhor opção. Além disso, acho que também há pessoas que podem não gostar da maneira como ele falava sobre mexicanos ou muçulmanos, mas mesmo que fosse terrível o desrespeito da parte dele, ele estava falando sobre como tornar as coisas melhores para elas.

É claro que não pretendo dizer que todos os apoiadores de Trump são racistas. Mas há eleitores do Trump que são realmente racistas, e esses nós não podemos alcançar - e eu nem estou preocupada com eles. Preocupo-me, sim, com aqueles - e acho que há uma parte substancial deles por aí - que poderiam ser alcançados pela esquerda. Sabemos que havia 8,5 milhões de americanos que votaram em Trump em 2016 e que haviam votado em Obama em 2012.

O ponto mais importante é que, quando chegou a eleição de novembro, a única outra opção possível era Hillary Clinton, e isso significava um neoliberalismo progressista. Bernie Sanders representava outra coisa, mas ele estava fora do jogo naquele momento.

CS: Então, como você acha que esses 8,5 milhões de americanos podem ser alcançados pela esquerda?

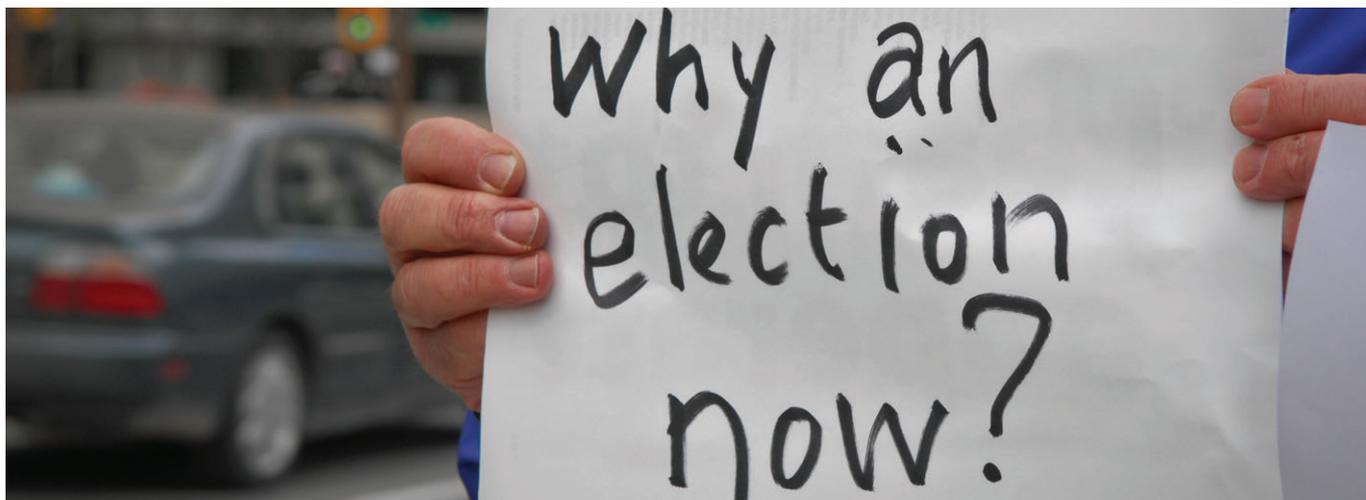
NF: A política que eu estou apoiando, da qual o feminismo para os 99% é uma parte importante, é tentar reavivar algo como a opção de Sanders (estou usando apenas o nome dele como uma abreviação da ideia). Isso envolve tomar cada movimento social progressista e tentar dividi-los entre aqueles que são para os 99% e aqueles que são para o 1% - claro que isso é grosseiro, mas a ideia está clara - e colocá-los todos juntos. O que você teve com Sanders foi a ideia de que se poderia combinar muitas questões pró-classe trabalhadora e pró-família: entre outras coisas, saúde pública para todos e todas, rompimento com os bancos, fim das taxas universitárias.

Quando digo classe trabalhadora não me refiro, apenas, a pessoas brancas. Nos Estados Unidos, a classe trabalhadora tem muitas pessoas negras e mulheres, e elas pensam em si mesmas cada vez mais como classe trabalhadora. Então, pegue essas questões básicas que beneficiam os 99% da população e junte com coisas como a reforma do sistema de justiça criminal, que é uma questão urgente para as pessoas negras, ou com a liberdade reprodutiva, que é uma questão premente para as mulheres em geral, ou então com outras questões igualmente estruturais e materiais que são consideradas como questões identitárias (embora não devam ser pensadas deste modo). Então, eu acho que o feminismo para os 99% é um exemplo para outros movimentos sociais seguirem. Portanto, acredito que ainda vamos ter, por exemplo, o ambientalismo para os 99%. Nós temos essas correntes, mas vamos realmente chamá-las assim e juntá-las de uma maneira mais óbvia. ■

Contato com Nancy Fraser <frasern@earthlink.net>

> A crise da democracia

Por Hauke Brunkhorst, Universidade de Flensburg, Alemanha



Uma análise disseminada hoje nas ciências sociais é que a democracia está em crise. Flickr / ItzaFineDay. Alguns direitos reservados.

Após um século de ferozes, sangrentas e brutais lutas de classes, de guerras civis globais e de revoluções mundiais, o Estado capitalista tornou-se *cosmopolita* (por exemplo, artigos 23 a 26 da Lei Básica Alemã), *democrático e social* (artigos 20 e 28 da Lei Básica Alemã). No Norte Global, a justiça tornou-se um “conceito existente” (Hegel).

Pelo menos há algum tempo, as relações de produção estavam parcialmente socializadas, com propriedades divididas em inúmeras formas distintas, abrangendo o público e o privado. O capitalista e o operário passavam as férias no mesmo balneário, o primeiro com vista para o mar, claro, e o último com vista para a rua. Mas eles tiveram que nadar na mesma água, brincar nas mesmas praias e mandar seus filhos – este é o cerne da questão – para a mesma escola pública. O trabalhador dirigia um carro pequeno, o patrão um carro grande, mas cada um deles acabava no mesmo engarrafamento, uma vez que não havia arranha-céus com heliportos para os ricos – nem arranha-céus sem proteção adequada contra incêndio para os pobres.

No entanto, a prosperidade do Norte Global veio com o alto custo da devastação do Sul. O estado de bem-estar nacionalmente confinado era completamente *branco, masculino e heterossexual*. Ou seja, nenhuma justiça

existente sem uma “contradição existente” (Hegel). A democracia acabou caindo – e isso aconteceu em todos os lugares – na linha da cor e na linha do gênero. Desde a década de 1960, novos movimentos sociais têm protestado contra isso, tornando-se cada vez mais bem-sucedidos na conquista dos direitos humanos, direitos civis para as pessoas negras, emancipação das mulheres, direitos dos deficientes, autodeterminação sexual, proteção ambiental e cultura cosmopolita. Quando estudantes e trabalhadores se uniram em Paris, em maio de 1968, o sonho de uma unificação da *crítica artística* e da *crítica social* ao capitalismo moderno (Boltanski) pareceu se realizar, finalmente. Tornou-se realista exigir o impossível. O que se seguiu, no entanto, foi a recessão econômica que colocou a direita política no cargo.

> De mercados incorporados pelo Estado aos Estados enraizados no mercado

Os sangrentos golpes militares no Chile (1973) e na Argentina (1976), generosamente apoiados pelo Ocidente, foram o *experimentum crucis*, enquanto as vitórias eleitorais neoconservadoras na Grã-Bretanha (1979) e nos Estados Unidos (1981) abriram o caminho necessário; com a autodestruição do socialismo burocrático (1989), finalmente, removeu-se o último obstáculo à globalização neoliberal. Ao

longo de apenas alguns anos, os mercados incorporados pelo Estado tornaram-se Estados incorporados ao mercado. A primazia do direito público foi substituída por um vasto (e crescente) número de regimes transnacionais sujeitos ao direito privado que, como foi o caso da antiga Lei Civil Romana, serve exclusivamente ao propósito de coordenar os interesses das classes dominantes em todo o império. O formalismo legal, que nos emancipa de todo o governo informal, foi complementado por uma lei informal altamente dinâmica, revelando os contornos de um novo “Estado Dual” (Fraenkel) do direito estatutário formal e do direito do dispositivo informal.

Um exemplo paradigmático disso foi o Eurogrupo. Após a sua exclusão desse órgão, no auge da crise em 2015, o ministro das finanças grego perguntou sobre a justificativa legal para tal decisão. O presidente do Eurogrupo pediu aos seus advogados que explicassem que o grupo não possuía normas processuais, uma vez que era essencialmente inexistente em termos legais, e que os seus membros podiam fazer quase tudo o que desejassem, exceto cometer homicídio.

O poder económico do Estado de intervir é impedido pela conformidade forçada do mercado, enquanto que seu poder organizacional e sua força policial permanecem intactos, de modo a cumprir efetivamente seu papel de “plantel de manutenção em uma fábrica”, garantindo a continuidade da “ordem geral de mercado”, ainda firmemente “incorporada” em seu poder (Hayek). Estar inserido no mercado mundial garante que os investidores possam selecionar livremente seu país de escolha, enquanto os Estados, por sua vez, não podem escolher seus investidores e, assim, são forçados a uma corrida impiedosa até o fim de alcançar condições de produção atraentes. Como resultado, as diferenças sociais entre classes, nações, nacionalidades e gerações são impelidas a alturas vertiginosas.

O futebol é, em muitos aspectos, um reflexo da sociedade global. Se os jogadores profissionais da primeira liga inglesa ganhavam apenas duas vezes mais do que um fã comum, em 1985, eles agora ganham 200 vezes mais. Junto com o aumento da renda dos jogadores, entretanto, houve um aumento nos preços dos ingressos. Os fãs de futebol de longa data, incapazes de seguir o exemplo, resignaram-se e ficaram longe, e os espaços foram preenchidos por aqueles que passaram a ganhar mais dinheiro. A mesma imagem é encontrada do lado de fora dos estádios: o bairro degradado é incapaz de permitir a entrada dos cidadãos na nova sociedade, afogando-se em apatia política, álcool e prostituição relacionada às drogas. Ali, a participação eleitoral está abaixo de 30%, enquanto a mesma está subindo para mais de 90% nas partes mais ricas da cidade, alimentando a ilusão de marcha para frente do progresso. E mesmo que o progresso de novo seja muito menor do que inicialmente aparecia, alguém pelo menos está com a carteira volumosa. Naturalmente, os partidos de esquerda, que perdem continuamente eleitores, avançam cada

vez mais para a direita em cada nova eleição – como era esperado em uma economia de mercado alicerçada na rivalidade infinita da evolução.

> Desigualdade social cria desigualdade política

As principais conquistas feministas e multiculturais, que destruíram relações de dominação de décadas, estão perdendo seu “valor justo” (Rawls). A desempregada, judia, lésbica e previamente condenada mulher negra não pode mais deixar para trás os “laços de sangue” (Marx) de seu gueto nativo – onde ela é vulnerável a todos os preconceitos, antissemitas, homofóbicos e misóginos, concebíveis na mesma medida em que ela é confrontada com o sexismo e a violência da polícia e das gangues de homens.

Se as campanhas eleitorais oferecem apenas alternativas técnicas caracterizadas por estratégias microeconômicas distintas de ajuste ao mercado mundial, em vez de alternativas políticas à economia de mercado neoliberal, a democracia deixa de existir.

A “miséria brilhante” (Kant) dos shoppings revela seu rosto horripilante e sem brilho no deserto da Líbia, no mar e nos campos ao longo de nossas fronteiras ao sul. No antigo campo de refugiados de Moria, na ilha grega de Lesbos, agora convertido em centro de detenção e deportação, a União Europeia está sacrificando aquilo que, uma vez, pretendeu representar. O “espaço de liberdade, segurança e justiça” (artigo 4.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, doravante, TFUE), “com respeito aos direitos fundamentais” (artigo 67.º do TFUE), garantindo o “direito internacional de asilo” (artigo 18 da TFUE) e o “cumprimento do princípio de não repulsão” (artigo 78 do TFUE), em que o “racismo e a xenofobia” são evitados e combatidos (artigo 67 do TFUE), são traduzidos em lei concreta através de três fronteiras diferentes encontradas no campo de Moria, em Lesbos, terrivelmente insalubre, medicamente subabastecido e totalmente superlotado. O primeiro, o limite das paredes de tijolos que abrange o campo de detenção, abrigando requerentes de asilo rejeitados e pessoas recém-chegadas, ilegalmente aprovadas para a deportação. O segundo limite, feito de arame farpado, torres de vigia e guardas armados, cerca o complexo habitacional de refugiados com o campo de detenção em seu centro. O terceiro é o mar e a ilha que ninguém tem permissão para sair. Em virtude do mar, que protege a própria natureza de nossos mercados, a fronteira se torna um elemento da lei natural. Quem chega é imediatamente detido, como se o voo fosse um crime. Como Carolin Wiedemann colocou: “Lugares como Moria estão planejados em toda a UE. Eles devem ser chamados de ‘Centros Controlados’ [em alemão: Kontrollierte Zentren]. Preferiríamos não adivinhar qual poderia ser a abreviatura [alemã] para este título.” ■

Contato com Hauke Brunkhorst <brunkhorst@uni-flensburg.de>

> A ascensão do capitalismo autoritário

Por **Christian Fuchs**, Universidade de Westminster, Reino Unido

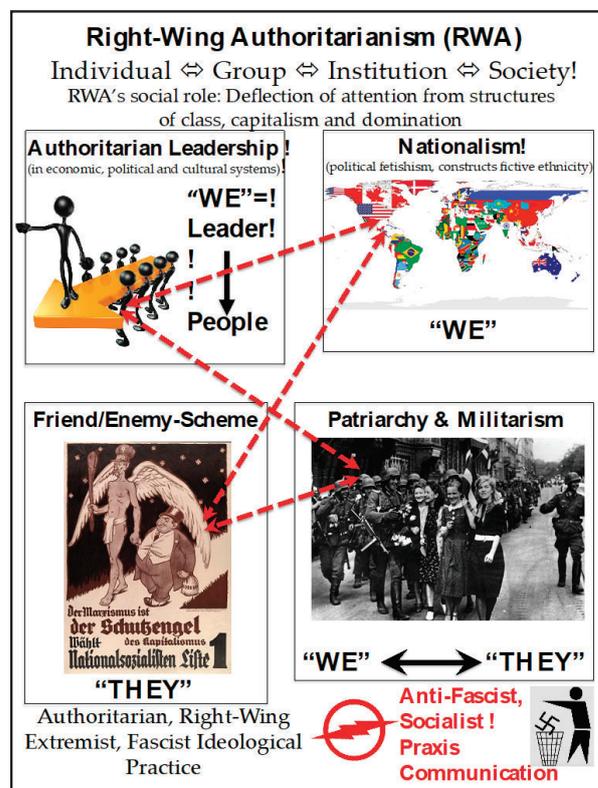
Nos últimos anos, a política de extrema-direita expandiu e consolidou seu poder. Temos Donald Trump (do Partido Republicano) nos EUA, Viktor Orbán (Fidesz) na Hungria, Heinz Christian Strache (Partido da Liberdade) na Áustria, Geert Wilders (Partido da Liberdade) na Holanda, Narendra Modi (Partido Bharatiya Janata) na Índia, Recep Tayyip Erdoğan (AKP) na Turquia, a “Alternativa para a Alemanha” (partido político alemão populista de extrema-direita), Jarosław Kaczyński (Lei e Justiça) na Polônia, Marine Le Pen (Frente Nacional) na França, a Lega Nord na Itália, Vladimir Putin (Frente Popular da Rússia) na Rússia, etc. Mas como todo esse desenvolvimento pode ser mais bem caracterizado? Quais categorias sociológicas parecem ser mais adequadas para tal propósito?

Uma sugestão importante é de que a noção de populismo deve ser operacionalizada aqui. Jan-Werner Müller (2017) renovou recentemente esta proposta em seu livro *What is Populism?*. Na obra, ele define populismo como “uma imaginação moralista particular da política, maneira de perceber o mundo político que estabelece um povo moralmente puro e totalmente unificado [...] contra as elites, que são consideradas corruptas ou de alguma outra forma moralmente inferiores. [...] Os populistas são sempre anti-pluralistas: os populistas afirmam que eles, e apenas eles, representam o povo”. Müller também observa que o populismo é “uma forma excludente de política de identidade” que representa um “perigo para a democracia” e visa “suprimir a sociedade civil”.

Tais abordagens usam uma e a mesma categoria para analisar Syriza, Evo Morales, Podemos ou Bernie Sanders, à esquerda, e Donald Trump, Geert Wilders ou Marine Le Pen, à direita. O resultado é que, assim como na teoria do totalitarismo, a direita radical é comparada à chamada extrema-esquerda e, assim, os perigos da primeira são banalizados tendo em vista a segunda. Para Müller, Donald Trump e Bernie Sanders são ambos populistas. Ora, Bernie Sanders certamente é um político não convencional, mas em contraste com Trump não há dúvidas nenhuma sobre sua orientação democrática.

A abordagem adotada em meu livro *Digital Demagogue: Authoritarian Capitalism in the Age of Trump and Twitter*, de 2018, é diferente e combina economia política crítica, crítica à ideologia e psicologia crítica. O autoritarismo de direita articula quatro elementos (ver Figura 1): a crença na necessidade de uma liderança de cima para baixo; o nacionalismo; o esquema amigo/inimigo; um patriarcado militante (que inclui políticas de lei e ordem, a idealização das guerras e dos combatentes, a repressão de inimigos construídos, bem como relações de gênero conservadoras).

Figure 1: Um modelo de autoritarismo de direita



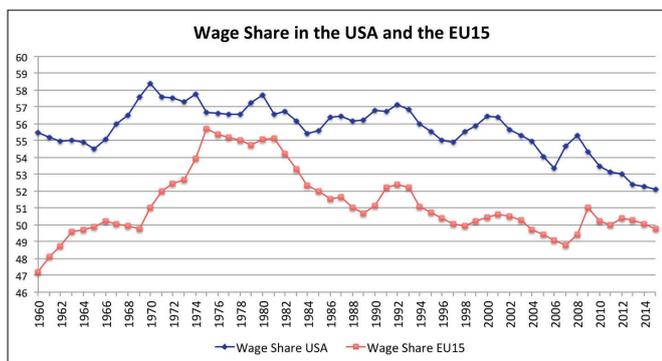
Fonte: C. Fuchs, 2018.

O autoritarismo de direita serve ao propósito ideológico de desviar a atenção do papel das estruturas de classe e do capitalismo como fundamentos e causas dos problemas sociais. Refugiados, imigrantes, nações em desenvolvimento, muçulmanos, etc., são elementos construídos enquanto bodes expiatórios, supostamente responsáveis por problemas como desemprego, baixos salários, estagnação econômica, declínio dos serviços públicos, crise imobiliária e avanço da criminalidade. Donald Trump culpa o México e a China pela desindustrialização de seu país e pelo declínio social sem nunca mencionar que o capital dos EUA explora trabalhadores, tanto nos EUA quanto em destinos de capital terceirizado, inclusive nas fábricas chinesas e nas maquiladoras mexicanas.

O autoritarismo da direita não é uma forma de consciência nem uma estrutura, tampouco um tipo específico de sociedade. É um processo que pode ocorrer em diferentes níveis sociais: o indivíduo (estrutura de personalidade autoritária, consciência, comportamento político individual), os grupos e os movimentos políticos, a ideologia, as instituições, a sociedade enquanto totalidade. O extremismo e o fascismo são intensificações do autoritarismo de direita que toleram ou ativamente buscam a violência física e o terror como meios políticos.

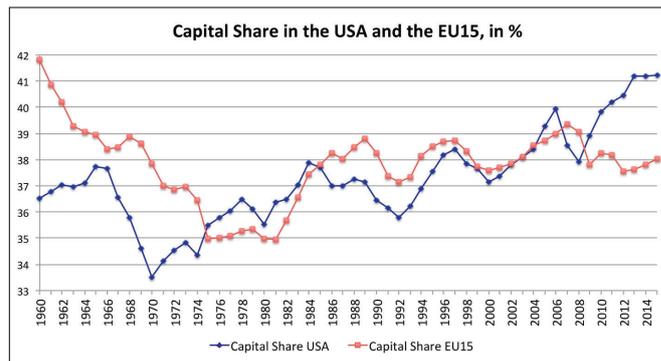
As explicações culturalistas da ascensão do autoritarismo de direita afirmam que a ascensão de uma sociedade "pós-materialista" criou um hiato de geração, no qual a geração mais velha mantém valores conservadores e reclama sobre a perda do passado. Mas, por exemplo, a hipótese do pós-materialismo não pode explicar por que nas eleições federais austríacas de 2017, por exemplo, a extrema direita foi o partido mais forte na faixa etária entre 16-29 (30%), e apenas a terceira maior parte entre os maiores de 60 anos.

Figura 2: A participação dos salários no PIB nos EUA e na UE ao longo do tempo



Fonte: AMECO.

Figura 3: A participação do capital no PIB nos EUA e na UE ao longo do tempo



Fonte: AMECO.

Uma explicação alternativa deve levar a economia política mais a sério. Para este propósito, a abordagem do teórico político crítico Franz L. Neumann, em seu ensaio de 1957, [Ansiedade e política](#) é útil. A ascensão do autoritarismo de direita, de acordo com essa explicação, tem a ver com a alienação do trabalho (ver Figuras 2 e 3), com a competição destrutiva, a alienação que cria medo de declínio social, a alienação política do próprio sistema político, mas também dos políticos e dos partidos, e a institucionalização da angústia por parte de grupos de extrema direita, que alimentam medos e avançam a política do bode expiatório.

O capitalismo autoritário é resultado da dialética negativa do capitalismo neoliberal. A contradição entre a liberdade do mercado e a liberdade social resultou em crescentes desigualdades e crises que, após 2008, transformaram-se em uma nova qualidade. O aburguesamento e a neoliberalização da democracia social, a fraqueza da esquerda e as políticas de identidade pós-modernistas que subestimaram a importância da política e da análise de classe exacerbaram a ascensão do capitalismo autoritário de extrema direita. O capitalismo neoliberal resultou na universalização da alienação. Harvey, Hardt, Negri e eu próprio argumentamos, [em outra ocasião](#), que o neoliberalismo provocou a mercantilização de quase tudo, de maneira que experimentamos, hoje, uma acumulação primitiva contínua por intermédio da expropriação e da subsunção real da sociedade sob o capital. Nas palavras de David Harvey: "A alienação generalizada resultou em movimentos de Occupy, bem como no populismo de direita e em movimentos nacionalistas e racistas intolerantes. No limite, Donald Trump é o presidente da alienação". ■

Contato com <christian.fuchs@triple-c.at>

> Cidadania etnizada

enquanto cidadania ilegítima

Por **Andrea Silva-Tapia**, Universidade Humboldt de Berlim e Universidade Justus Liebig, Giessen, Alemanha

> Cidadania e construção do Estado-Nação em um mundo ainda colonial

A cidadania, como categoria, é algo ambíguo, sendo que o debate sobre seu significado é bastante amplo. Enquanto que, para alguns, o termo se refere a um *status* puramente legal conferido por nacionalidade ou país de pertencimento, para outros, ele conota uma forma de identidade. Mesclando várias definições e seguindo diversos autores, tais como T.H. Marshall, Margaret Somers, T.K. Oommen, Engin F. Isin e Patricia K. Wood, dentre outros, é possível vislumbrar a cidadania como uma forma moderna de pertencer a um espaço político e geográfico. Portanto, o conceito de cidadania expressaria a pertença *legal* e *simbólica* a um Estado-Nação. Essa parece ser uma definição simples, mas que se torna mais complexa se considerarmos o contexto histórico no qual o conceito de cidadania emerge.

A cidadania, em sua forma moderna, desenvolveu-se paralelamente com a gênese do Estado-Nação. A cidadania é um conceito relacionado, ao mesmo tempo, à modernidade, à construção do Estado-Nação e a um sentimento de pertença. Isso pode ser atribuído à ideia que se tinha de Estado-Nação antes, algo oriundo do final do século XVIII, expressa nas revoluções francesa e norte-americana, bem como na independência dos Estados coloniais, que seguiram o mesmo padrão de construção nacional das metrópoles. Um Estado-Nação moderno foi definido como Estado independente, com uma constituição escrita, governado em nome de cidadãos iguais. Os princípios de legitimidade, assim, mudaram da monarquia (ou Direito Divino) para a representação de uma nação de cidadãos iguais. No entanto, esses conceitos de cidadania e de Estado-Nação são baseados em um modo singular (eurocêntrico) de construir um Estado onde a colonialidade operava fortemente – e ainda opera.

A cidadania ilegítima é outra maneira de nomear uma cidadania colonial inserida em nosso atual sistema mundial, patriarcal, eurocêntrico e centrado no cristianismo. Esse sistema-mundo colonial opera por meio de hierarquias raciais/étnicas globais, que determinam quais grupos merecem prestígio e quais não o merecem. Anja Weiss argumenta que podemos falar de racismo “quando um marcador de longo prazo e estável finge tornar visível a alegada alteridade, impactando nas classificações sociais, nas práticas e nas instituições de uma maneira que atribui menores direitos aos coletivos daquela categoria, independentemente de esse marcador se referir a diferenças biológicas ou a outras formas de estabilidade”. Essa cidadania etnizada ou racializada, digamos, é vivenciada não apenas por grupos étnicos indígenas e minorias em todo o mundo, mas, também, por migrantes que sofrem um processo de etnização/racialização, como ocorre com os turcos na Alemanha ou com os latino-americanos nos EUA. Esse processo de etnização significa que um grupo passa a ser desvalorizado e visto como homogêneo devido a suas características raciais ou culturais.

Nessa ideia de Estado-Nação em um sistema mundial eurocêntrico, a nação é a essência sobre a qual os Estados modernos são construídos e a base de sua legitimidade. A relação entre nação e Estados modernos parece evidente e, amiúde, não é questionada em nossas vidas diárias. Frequentemente, usamos os termos “nação”, “estado” e “país” de forma intercambiável. Às vezes, até consideramos cidadania como sinônimo de todos esses termos juntos.

> Cidadãos legítimos e ilegítimos

As pessoas que integram a nação enquanto grupo cultural homogêneo são consideradas cidadãs legítimas, ao mesmo tempo em que cidadãos etnizados são considerados ile-

“O cidadão racializado, o cidadão ilegítimo, é sempre descrito como parte de um grupo social homogêneo, e nunca como sujeito individual, autônomo”

gítimos. Estes últimos são considerados cidadãos do país, mas não recebem os atributos de legítimos ou “reais”. Essa ilegitimidade relacionada à etnização e à desvalorização racial é um tipo específico de desigualdade que afeta a dignidade das pessoas e as oportunidades disponíveis para elas no país, levando-as a sofrerem discriminação e humilhação. Essa desigualdade começou como uma desigualdade de cidadania, com o nascimento do Estado-Nação, mas seguiu classificações e estruturas que vinham de antes (pré-Estado-Nação ou dos tempos coloniais). Os líderes na construção dos Estados-Nação ou dos movimentos de independência promoveram uma identidade nacional homogênea, que deixou muitas particularidades de lado, como aconteceu com o caso dos mapuches (um povo indígena do Chile), ou os nordestinos na Índia (que representam vários grupos étnicos diferentes no país, mas que são estereotipados e excluídos da mesma maneira) e como acontece, hoje, com os migrantes étnicos (como os turcos na Alemanha, por exemplo). Os mapuches no Chile e os nordestinos na Índia vivem em áreas com menos desenvolvimento industrial, onde também há menos oportunidades de emprego e educação. Ambos os grupos experimentam uma série de conflitos com o Estado e a polícia (no caso dos nordestinos indianos, até mesmo com o exército), e sua identidade é confrontada pela identidade nacional hegemônica. No caso dos nordestinos indianos, eles também enfrentam violência e assédio do resto da população do país, especialmente quando saem do Nordeste e migram para grandes cidades como Delhi, Mumbai ou Bangalore.

Cidadãos legítimos e ilegítimos são dois tipos de cidadãos, apesar do reconhecimento legal de ambos. No entanto, a dimensão de pertencimento é reconhecida apenas em relação aos cidadãos considerados legítimos, relegando os outros a secundários. Cidadãos ilegítimos “carecem” de algo, sendo que a sua cultura e o seu comportamento são vistos como incompletos, o que provoca discriminação e humilhação que são invisíveis socialmente.

> Consequências para a democracia

A cidadania é um conceito que se refere aos indivíduos; mas quando é racializada ou etnizada a individualidade dos sujeitos é removida. O cidadão racializado, o cidadão ilegítimo, é sempre descrito como parte de um grupo social homogêneo: “imigrantes”, “árabes”, “muçulmanos”, “nordestinos indianos”, e nunca como sujeito individual, autônomo. Essa individualidade é reservada a pessoas brancas. Com efeito, as falhas de um descendente europeu ou europeu branco são atribuídas a erros individuais; eles possuem o privilégio de serem cidadãos individuais. Isso foi conceituado como “privilégio branco”. Por outro lado, os fracassos do sujeito colonial, os erros dos cidadãos ilegítimos, são atribuídos a sua cultura, nação, raça, etnia, mas nunca ao indivíduo como cidadão autônomo. Cidadãos ilegítimos são sempre prisioneiros de sua etnia e de sua raça, de uma maneira que as pessoas que gozam de privilégio branco não são. O privilégio branco opera como dispositivo invisível; a etnia e a raça dos privilegiados nunca são mencionadas ou reconhecidas. Tendo em vista que a etnia e a raça não existem nesses casos de privilégios, temos como decorrência uma prevalência da liberdade e da individualidade. As conquistas e os fracassos dos privilegiados são vistos como realizações individuais, não como parte de sua pertença étnica ou racial.

Não reconhecer a experiência de certos grupos pode levar a conflitos e até à violência se suas demandas não forem levadas a sério. Em nosso mundo atual, não podemos mais pensar em Estados-Nação cultural, racial ou etnicamente homogêneos. Ouvir aqueles que foram silenciados é uma dívida histórica que deve ser paga para aprofundar a democracia. ■

Contato com Andrea Silva-Tapia
<andrea.silva-tapia@sowi.uni-giessen.de>

> A falácia da democracia na África do Sul pós-1994

Por Hlengiwe Ndlovu, Universidade do Witwatersrand, África do Sul



O livro *Rioting and Writing* surgiu do movimento #FeesMustFall e reúne artigos de ativistas estudantis. Direitos autorais: SWOP.

interpretações, que incluem governos democraticamente eleitos, eleições livres e justas e o exercício de vários direitos humanos e individuais, para muitos sul-africanos os significados da democracia estão profundamente enraizados na exclusão histórica da maioria da população. Para além de séculos de escravidão e colonialismo, houve 46 anos de luta contra um regime racista de *apartheid* que deliberadamente segregava e excluía as pessoas negras dos espaços socioculturais e das oportunidades económicas. Os sul-africanos negros tinham expectativas a respeito de uma democracia concreta. Sobretudo, a ideia de uma “nação arco-íris”, cunhada por um dos ícones da luta, o Bispo Desmond Tutu, sugeria que, com o fim do *apartheid*, os sul-africanos racialmente divididos iriam se tornar uma nação com oportunidades iguais de acesso aos recursos socioculturais e económicos.

O movimento #FeesMustFall foi/é uma luta baseada na descoberta de que a democracia é uma farsa e que a nação arco-íris é um mito. Embora a maioria das universidades historicamente brancas, como a Universidade do Witwatersrand (Wits) e a Universidade da Cidade do Cabo (UCT), entre outras, orgulhem-se de ter transformado a população estudantil, aumentando o número de estudantes negros, isso está longe de ser realidade. Elas ainda estão entre as universidades mais caras do país e preservam violências culturais e epistêmicas muito enraizadas. Além disso, enquanto aumentou de fato o número de estudantes negros, as instituições de ensino superior continuam excluindo estudantes pobres e de origens discriminadas em termos sociais, geográficos, culturais e económicos.

Nos últimos anos, a África do Sul foi tomada por um movimento estudantil sem precedentes, em termos de militância, desde as revoltas estudantis do Soweto em 1976. O movimento #FeesMustFall [Abaixo as Mensalidades] surgiu em 2015 e continuou em 2016. As demandas giravam em torno do acesso à educação gratuita e de qualidade, bem como da transformação e descolonização das instituições de ensino superior. O movimento se espalhou por todas as universidades públicas e caracterizou-se por uma aliança única entre estudantes trabalhadores terceirizados das universidades. No centro das lutas estava o confronto direto com as insuficiências da democracia e com a falácia da “nação arco-íris” vendida aos sul-africanos depois de 1994.

Ainda que o conceito de democracia tenha diversas

Na África do Sul, esperava-se que, após 1994, grupos até então excluídos se beneficiassem da abertura democrática; o principal partido libertador, o Congresso Nacional Africano (ANC), adotou o slogan “uma vida melhor para

>>

todos.” As pessoas esperavam que suas vidas melhorassem em todas as esferas – incluindo acesso à educação gratuita de qualidade, conforme propunha a Carta da Liberdade, moradia decente, acesso à água, eletricidade, oportunidades de emprego e saneamento básico –, princípios contidos no Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP). As ondas de protestos relacionados à prestação de serviços que tomaram os bairros negros depois de 1994, a violência no trabalho, como o Massacre de Marikana de 2012, e o movimento #FeesMustFall, entre outros, demonstram o fracasso do Estado sul-africano em produzir os esperados frutos da democracia.

Não se pode separar as universidades sul-africanas da ordem social mais ampla. Para compreender a crise democrática pós-1994, é importante revisitar a transição negociada para a democracia, a exemplo de outras independências negociadas no continente africano. A negociação significou simplesmente o reposicionamento estratégico dos partidos em negociação disfarçado como um esforço desesperado para obter uma “transição pacífica.” Como resultado, os sul-africanos negros obtiveram poder apenas para votar e organizar-se – direitos que continuam ameaçados pela violência policial pós-1994. Por outro lado, poder econômico e recursos estratégicos como terras, bancos e minas permaneceram nas mãos dos proprietários anteriores – perpetuando a dominação de um sistema supremacista branco. Isso continua a excluir economicamente quase 80% da população negra. Portanto, é impossível falar de democracia na África do Sul pós-1994 sem abordar as desigualdades econômicas estruturais.

O movimento #FeesMustFall surgiu para confrontar a exclusão e para exigir acesso igualitário à educação gratuita de qualidade, a transformação e a descolonização do projeto universitário e da cultura acadêmica. É interessante que universidades historicamente negras, como a Universidade de Fort Hare (onde estudaram muitos dos ícones da luta dos africanos), entre outras, estão nessa luta desde sempre. Contudo, foi necessário outro fenômeno problemático – a romantização das universidades historicamente brancas pela mídia supremacista branca – para chamar a atenção internacional, como se o movimento tivesse começado na Universidade do Wits. O movimento #FeesMustFall veio meses depois do movimento #RhodesMustFall na Universidade da Cidade do Cabo, o qual já começara a levantar a questão da transformação e descolonização do currículo e do sistema de ensino superior em geral. Ligadas intrinsecamente ao projeto de descolonização, essas lutas tornaram-se parte de uma crítica ao projeto global de comercialização e mercantilização das universidades às expensas do progresso ontológico e epistemológico.

Ainda que as instituições historicamente brancas afirmem ter se transformado em termos da população de estudantes, a exclusão estrutural sistemática continua a distribuir desigualdades de acordo com linhas raciais.

Tarifas exorbitantes significam que aqueles que podem pagar – predominantemente, estudantes brancos privilegiados e alguns negros de classe média – terão acesso, enquanto a maioria dos estudantes negros permanece sistematicamente excluída. Isso destrói a ideia de nação arco-íris. Além disso, os professores – tanto os sul-africanos quanto os internacionais – continuam sendo predominantemente brancos e o currículo acadêmico permanece fundamentalmente eurocêntrico. Isso cria problemas e choques culturais. O fracasso da maioria dos professores em adotar métodos afrocentrados de produção do conhecimento representa uma barreira para a maioria dos estudantes negros vindos de áreas pobres.

O movimento #FeesMustFall surgiu para confrontar os fracassos da abertura democrática em proporcionar democracia concreta e realizar o sonho de uma nação arco-íris. Embora o movimento tenha significado um grande desafio para as universidades e o Estado, ele também teve seus desafios internos. Nas primeiras etapas, o movimento caracterizou-se pela unidade através de afiliações políticas, raciais e de classe. Contudo, desde o princípio sofreu com a falta de democracia interna em relação a questões ideológicas e de gênero. Apesar de iniciado por mulheres, houve uma tomada deliberada do poder por homens que passaram a dominar a luta e minar as mulheres e pessoas não enquadradas nas divisões tradicionais de gênero. As mulheres no movimento estavam determinadas a não reproduzir o mesmo sistema patriarcal contra o qual lutavam, o que dividiu o movimento conforme muitos acusaram as vozes dissidentes de dividir o movimento. Além disso, o Estado e as universidades tornaram-se muito repressivos e violentos. Batalhões de choque foram situados nos campi e receberam autorização para exercer força excessiva. Estudantes ativistas foram perseguidos, detidos e alguns acabaram excluídos da universidade. Dado a natureza repressiva do Estado antidemocrático, o movimento teve que recuar e procurar formas alternativas de continuar a luta.

O #FeesMustFall encontra-se atualmente no limbo. Alguns estudantes ainda estão presos e outros respondem a processos. O Estado sul-africano dá alguns passos na direção de oferecer ensino gratuito para os pobres, mas a luta por educação gratuita, de qualidade e descolonizada continua. A democracia continua sendo apenas um evento que ocorreu nas ruas na África do Sul nos anos 1990, e terminou com a libertação do último ícone da luta, Nelson Mandela, e outros presos políticos da prisão de Robben Island. Para a maioria dos sul-africanos, a democracia permanece uma falácia e a nação arco-íris, um mito. Para os ativistas do #FeesMustFall, a luta continua, e para as mulheres e outros corpos marginalizados, a democracia permanece uma luta dos próximos séculos. ■

Contato com Hlengiwe Ndllovu <hlengiwepn@gmail.com>

> A democracia em Atenas

Por Gerassimos Kouzelis, Universidade de Atenas, Grécia



Protestos contra medidas de austeridade em frente ao Parlamento grego. Flickr / Konterz Alguns direitos reservados.

Falar de democracia hoje em dia pode parecer idílico, já que as possibilidades de realizá-la plenamente são extremamente limitadas. A ideia de controle democrático substancial para além dos parlamentos, conforme sugere a literatura recente, soa como uma reivindicação radical, até mesmo utópica. Como o “demos”, o povo, poderia exercer mesmo o poder mediado num regime em que os termos são ditados por atores externos – organizações internacionais que não são estruturadas democraticamente? As condições na Grécia, baseadas em “memorandos de entendimentos”, não permitem à democracia funcionar. O parlamento – os representantes do povo – não podem agir autonomamente; suas decisões já estão, em grande medida, predefinidas.

O fato de que a soberania nacional está comprometida em parte, assim como o direito do parlamento de tomar decisões autônomas, é um produto (para muitos, justificável) de uma crise considerada essencialmente fiscal, mas com consequências financeiras: a dívida grega. A crise que forçou a austeridade e comprometeu a soberania nacional é, de fato, fiscal – o economicismo prevalecente está certo quanto a esse aspecto –, mas é fiscal devido a razões sociopolíticas e ideológicas. A possibilidade de que ocorresse, bem como sua ocorrência concreta, devem-se ao desmantelamento do Estado social regulador; à prevalência

de uma ideologia neoliberal devastadora sem oponentes; à descontrolada reestruturação político-social em vários setores da economia; e, especialmente, à consolidação do capital e à organização do bloco de poder. Portanto, uma correlação específica de forças permitiu, alimentou e explorou a crise.

Embora o termo “dominação neoliberal” seja meio simplista, é importante mostrar como o declínio da democracia foi acompanhado, desde o princípio, por um discurso (o “neoliberalismo”) que captura, legitima e amplia esse tipo de dominação. No caso grego, em especial, a desconstrução da democracia mostra-se claramente como a verdade essencial do neoliberalismo. O conjunto de eventos associados com a hegemonia desse discurso, as condições e consequências de sua articulação, a dinâmica da reprodução capitalista e ainda as tendências impostas a curto prazo, tudo isso se conecta para fortalecer o autoritarismo social.

Segue uma lista de vários eixos que deram muito o que falar e caracterizam o período 2010-2015, logo antes das mudanças políticas:

- Poder econômico radicalmente fortalecido e intervenções do poder econômico na esfera da organização social

>>

para além da produção, das quais são característicos os escândalos que permeiam a “elite” e amarram os interesses econômicos com os interesses políticos.

- Comercialização total dos meios de comunicação e das práticas culturais (em especial, complexos monopolísticos de mídia e de imprensa organizados de modo partidário).
- Declínio dos processos de representação política e sua reconstrução em termos empresariais e marqueteiros (os partidos passam a “transcender” a política, sendo representados como produtos comerciais e representados por “estrelas” da televisão)
- Prevalência de uma lógica que impõe a circulação cega de produtos (“o mercado mostra o caminho”) como grande princípio.
- O processo imposto como “gerenciamento da democracia” e implementado ao longo de uma via de constante expansão do Executivo e em parte do Judiciário, em detrimento do Legislativo (por meio de decisões ministeriais sem a aprovação parlamentar e intervenções judiciais de natureza política, evadidas de arbitrariedade).
- Desestabilização da soberania estatal tanto internamente quanto em termos de suas relações exteriores (por intermédio da justificativa repetida diariamente das “exigências da Troika”).
- Criação de ilhotas inacessíveis ao controle democrático, longe da vista do público e invisíveis ao próprio parlamento, como o campo da política fiscal e monetária, mas também a maioria daquilo que é decidido em Bruxelas (configurando um verdadeiro “estado de exceção”).

Quando sobreveio a mudança política em 2015, alguns aspectos desses eixos se transformaram. Assim, o objetivo explícito de fortalecer os processos democráticos – um compromisso central do Syriza – foi capaz de reverter a tendência do último eixo, recuperando em grande medida, mas não totalmente, o controle parlamentar. Muitas das decisões ainda são ditadas por centros externos ou então vinculadas a compromissos com as (assim chamadas) “instituições.”

Sobretudo, essa nova condição política restringiu a crescente dinâmica do endurecimento de medidas de segurança, vigilância e repressão autoritária por forças de segurança que colaboravam abertamente com grupos nazistas, permitindo, com a restrição, que a sociedade desenvolvesse reflexos democráticos. A democracia na vida social e política voltou a ser normal.

Apesar disso, restam duas áreas nas quais o discurso neoliberal continua dando as cartas, o que compromete a eficiência da política de recuperação. A primeira é a definição cínica da realidade como um conjunto de dados fiscais, como um conjunto de itens que “o povo” não pode apreender nem julgar, como tais, e que são, assim, basicamente incontroláveis e situam-se para além de qualquer planejamento democrático ou decisão coletiva.

A segunda área é a desconstrução da esfera pública e, portanto, a impossibilidade de formar uma opinião baseada em avaliações adequadas. O sobrepujante discurso da mídia controlada por poucos continua a ser o sistema que monopoliza a “construção da realidade,” apesar das mudanças na cena política, enquanto consultas e trocas de argumentos tornaram-se incomuns.

A incapacidade de reverter a maré nessas duas áreas lembra-nos que a desconstrução dos processos democráticos não é tanto produto da gestão neoliberal das crises, mas está conectada a aspectos da organização social que precisamos reconhecer como “sistêmicos” e que foram apontados como constitutivos da crise da democracia na era contemporânea.

Por outro lado, a coisa mudou de figura com relação ao mais infame dos discursos usados para atacar a democracia em nome da crise econômica, isto é, a retórica da “necessária” limitação de direitos. Isso se referia não apenas a direitos sociais, mas, como mostraram a crise de refugiados e a manipulação terrorista das exigências por expressão pública (eleições e referendos), referia-se *também* aos direitos políticos. Ao longo dos primeiros cinco anos de crise, os governos limitaram radicalmente os direitos sociais (trabalho, assistência social, saúde) e negaram demandas políticas, cultivando a ideia de que seriam “luxos” em meio à falta de recursos econômicos. O novo governo, ao priorizar o princípio democrático até então esquecido da solidariedade, demonstrou que a crise tinha sido apenas um pretexto.

O cenário mudou pouco e a crise continua firme, em termos ideológicos e substanciais, em tudo o que tem a ver com a organização da vida dos cidadãos no que concerne a suas perspectivas, expectativas e esperanças de futuro, para si, suas famílias e comunidades. Isso é crítico porque a falta de perspectivas é o que move o moinho das atitudes totalitárias e antidemocráticas.

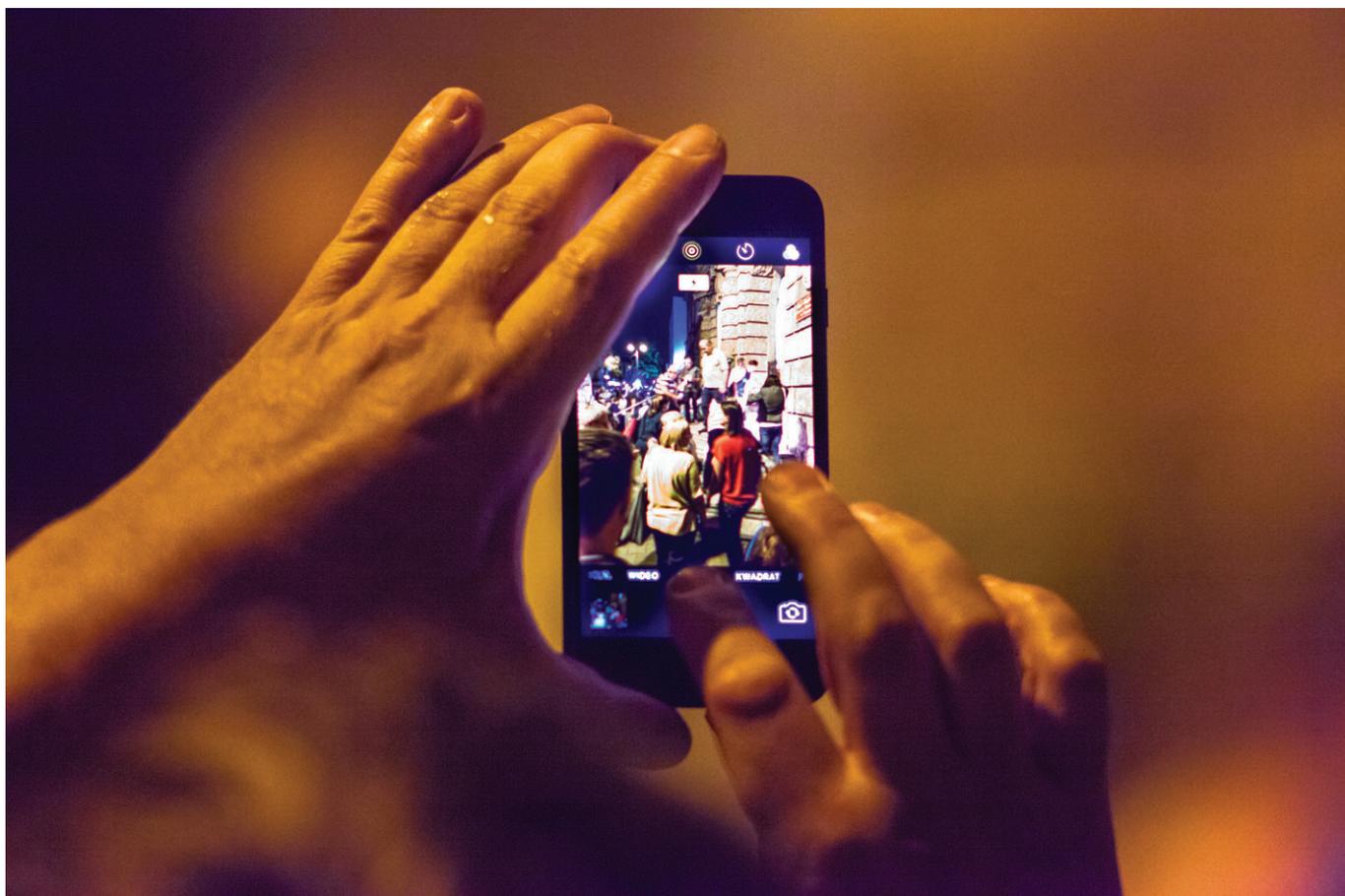
O poder das forças neonazistas é uma ameaça. Tem crescido perigosamente e está envolvido com manifestações de organizações políticas que representam um fenômeno novo na Grécia, na forma de “extorsões” típicas de uma economia paralela e de delinquência. O discurso de algumas organizações específicas, alimentando o nacionalismo e o populismo, e mesmo certos aspectos do discurso neoliberal prevalecente, com sua ênfase em lucros e poder (“personalidades fortes” e “processos decisórios eficazes,” contra regras institucionais e limitações “burocráticas”), tiveram efeitos muito negativos, deslizando frequentemente não apenas para uma retórica vazia, mas para uma que tolera a “política” de gangues. Enfraquecida sob as condições atuais, a democracia exige atenção. ■

Contato com Gerassimos Kouzelis <gkouzelis@pspa.uoa.gr>

> Mídias sociais e democracia

Uma faca de dois gumes?

Por **Haryati Abdul Karim**, Universidade Malaia de Sabah (UMS), Malásia



Os telefones celulares e as mídias sociais tornaram-se parte integrante do ativismo político. Flickr / Sakuto Alguns direitos reservados.

Um dos efeitos mais poderosos das mídias sociais na sociedade é, sem dúvida, sua capacidade de funcionar como uma ferramenta de empoderamento dos cidadãos comuns e, assim, mudar suas vidas. Atualmente, a vida social se caracteriza pelo ativismo online, no qual pessoas de todas as classes sociais podem se envolver por intermédio dos seus smartphones. Isso abre a possibilidade de os cidadãos participarem e se envolverem mais livremente nos debates sobre seu país e o mundo, enquanto permanecem

relativamente anônimos. Algo particularmente importante em países onde a liberdade de expressão não é parte da cultura ou mesmo uma norma.

A Malásia não é exceção. Hoje, os malaios usam as redes sociais religiosamente para se expressarem sobre todos os tipos de assunto. Já se tornou habitual postar comentários, compartilhar em suas redes sociais vídeos e sites sobre temas que os tocam e iniciar discussões *online* com seus amigos. Mídias sociais como *Facebook*, *Instagram* e *YouTube* são

>>

muito populares entre os malaios. Mas o Facebook ganha de todas. Cerca de 81% dos malaios o utilizam e destes, quase 90% o acessam por meio do *smartphone*.

Pode-se ter ideia da “libertação” produzida pelas redes sociais nos malaios simplesmente notando como eles agora expressam abertamente suas opiniões sobre o governo e assuntos considerados sensíveis, como religião e etnicidade – apesar de haver leis que proíbem debater esses temas. Para além da política, as mídias sociais também possibilitaram aos malaios expressar e forjar uma identidade híbrida local-global.

Nos países em que o Estado controla fortemente a mídia, por intermédio da propriedade direta dos meios de comunicação ou por meio de legislação específica, tornou-se limitada a expressão de visões alternativas. As pessoas são obrigadas a se esconderem sob os novos meios de comunicação. As redes sociais, no final das contas, são muito mais efetivas para moldar a opinião pública se comparadas aos portais alternativos de notícias. Um exemplo disso foi a Primavera Árabe, onde os canais de comunicação foram severamente limitados e as pessoas perderam a confiança no governo e na mídia tradicional. As redes sociais se tornaram, ao mesmo tempo, a única fonte de informações e um espaço no qual as pessoas podiam expressar suas visões.

Na Malásia, as mídias sociais contribuíram para o que ficou conhecido como o tsunami político durante as eleições gerais de 2008, nas quais a hegemonia da Coalizão Nacional (*Barisan Nasional* ou BN) começou a ruir. O adversário político da BN, então conhecido como Aliança da Esperança (*Pakatan Harapan* ou PH), continuou operando subterraneamente, porque tinha sido excluído da mídia tradicional. As redes sociais se transformaram numa ferramenta para os ciberativistas e apoiadores da PH divulgarem suas visões para o povo. Por meio de suas páginas no Facebook, assuntos espinhosos como o Imposto de Mercadorias e Serviços (GST), o alto custo de vida, e as práticas supostamente corruptas do governo da BN foram sistematicamente colocados em cena. Isso gerou debates e impulsionou o surgimento de uma esfera pública. Blogueiros que também apoiavam a Aliança usaram seus blogs para moldar a opinião pública em seu favor. Na décima-quarta eleição geral, recém-realizada, o *Whatsapp* começou a ser usado como ferramenta de campanha além do *Twitter* e o *Facebook*. Ao contrário do *Facebook*, o *Whatsapp* atinge as pessoas individualmente. Surgiu uma esfera pública no interior dos grupos de *Whatsapp* para debater as mensagens de campanha da PH. Foi talvez essa estratégia de campanha muito bem orquestrada, na qual a PH enfatizou assuntos específicos e investiu pesado na

comunicação, que permitiu derrotar o governo da BN, no poder há 61 anos. A BN voltou-se muito tarde para as mídias sociais, já que controlava a mídia tradicional. O resultado da estratégia de comunicação da PH foi o controle sobre 113 assentos no Parlamento, de um total de 222, enquanto a BN conseguiu conquistar apenas 79 nas eleições de 9 de maio de 2018.

Quando se trata da relação das redes sociais com a liberdade de imprensa e a democracia, as redes sociais são uma espada de dois gumes. Se elas abrem mais portas para a liberdade de expressão e o empoderamento, também pavimentam o caminho para as *fake news*, que podem se tornar virais. As *fake news* tornaram-se um assunto de primeira importância entre os malaios. Nas últimas eleições gerais, os eleitores foram bombardeados com *fake news*, ao invés de notícias autênticas, nas redes sociais. Com seu poder de distorcer as informações elevado à perfeição, em última instância as *fake news* negam aos cidadãos o direito de conhecer a verdade. A dependência das redes sociais como única fonte de informações, contribuiu ainda mais para a proliferação das *fake news*, porque os cidadãos raramente checam os fatos. A tentativa do governo de resolver o problema com a Lei Anti-*fake news*, em 2018, falhou em oferecer uma definição clara do que são “*fake*” quando se trata de *news*. De qualquer modo, a Lei terá vida curta, pois o novo governo já anunciou sua intenção de revogá-la.

Outra ameaça colocada pelas redes sociais é quando o fanatismo político dos apoiadores da classe dominante reina sobre as outras visões no ciberespaço. As pessoas que têm visões alternativas estão sujeitas ao *cyberbullying*, a ponto de se sentirem desencorajados para participar em discussões democráticas, ou então de ficarem traumatizadas pelas reações hostis dos fanáticos. Mesmo quando surgem boas ideias, os fanáticos se juntam para condená-las com vulgaridade, negando o direito e a liberdade de expressar suas opiniões. Essa falta de civilidade e racionalidade entre as pessoas comuns murcha o espírito de engajar-se em discussões saudáveis sobre assuntos coletivos.

Para que as redes sociais se transformem numa ferramenta efetiva para a democracia, primeiro a civilidade e a alfabetização tecnológica precisam se tornar regra e cultura entre os cidadãos. Eles precisam compreender o sentido da comunicação racional. Apenas então uma verdadeira reforma nacional poderá ocorrer por meio da troca de ideias. ■

Contato com Haryati Abdul Karim <haryati@ums.edu.my>

> Retrocesso democrático na Argentina

Por **Esteban Torres Castaños**, Universidade Nacional de Córdoba e Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONICET), Argentina



A nova crise econômica trouxe novos desafios para a democracia na Argentina. Flickr / Alex Proimos. Alguns direitos reservados.

A República Argentina está experimentando um notável retrocesso da democracia. É difícil compreender a extensão e a complexidade desse retrocesso usando apenas as teorias da democracia que se tornaram dominantes entre a esquerda e as forças progressistas na América Latina depois do colapso das ditaduras militares. A democratização atual, compreendida como um processo de expansão das forças de apropriação pública, compõe-se de três vetores críticos: um vetor tecno-político, um vetor tecno-econômico e um vetor tecno-comunicacional. Cada um deles possui um punhado de dimensões. Aqui, eu gostaria apenas de descrever os eventos-chave que têm precipitado o retrocesso da democracia na Argentina em 2018. Esses eventos estão associados a uma dimensão política repressiva no vetor político, bem como a uma das principais dimensões do vetor tecno-econômico nos países periféricos: o grau de autonomia do Estado para definir sua política macroeconômica.

Quanto à dimensão política repressiva, os dois principais eventos que se reforçam mutuamente são 1) a decisão do Poder Executivo nacional para levar, por decreto, à transformação doutrinal e funcional das Forças Armadas e 2) o apoio do próprio governo para estabelecer bases militares estadunidenses em diferentes pontos do território nacional.

Quanto ao primeiro evento, o pilar da transformação que o Poder Executivo promove com o Decreto nº 683/2018 é a autorização para as Forças Armadas realizarem operações de segurança interna. Com isso, praticamente dissolve-se a barreira entre segurança interna e defesa nacional, o que reforça a intenção governamental de criminalizar os protestos sociais que têm se aprofundado país a fora desde a vitória da *Cambiamos* (a coalização governante) em dezembro de 2015. Com essa medida, o governo de Mauricio Macri busca colocar as Forças Armadas a serviço de um “programa anti-tráfico de drogas e antiterrorismo,”

>>

alinhando-se completamente à política externa dos Estados Unidos. Com a implementação desse novo decreto, foi revogado o Decreto nº 1691/2006 e fraturou-se o marco legal formado pelas Leis de Defesa Nacional (1998), as Leis de Segurança Interna (1992) e as Leis de Inteligência Nacional (2001). Essa legislação, resultado de três décadas de expansão democrática, foram construídas a partir de consensos multipartidários sem precedentes na história nacional.

Quanto ao segundo evento, o governo está promovendo o estabelecimento de bases militares dos Estados Unidos em território argentino, cuja orientação técnica encontra-se nas mãos do Comando Sul dos Estados Unidos. Até agora, três localidades foram sondadas: a Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), a Terra do Fogo (Ushuaia) e a província de Neuquén. Os dois eventos são reforçados por um terceiro: o desembarque de tropas estadunidenses em território nacional este ano, para realizar exercícios militares com tropas locais. Conforme declararam as autoridades de ambos países, o objetivo dos exercícios é oferecer informações “contra o tráfico de armas de destruição em massa.” O desembarque de tropas estrangeiras requer a autorização do Congresso Nacional, mas tal autorização não foi solicitada pelo partido do governo.

Junto com esses eventos, é necessário prestar atenção a uma segunda série de acontecimentos que causaram, em tempo recorde, a total perda de autonomia do Estado nacional para formular políticas macroeconômicas. Refiro-me à política de hiperendividamento externo levada a cabo por Macri. Os dois principais indicadores são a evolução da dívida pública em relação ao PIB e o tipo de compromissos que têm sido firmados com os credores. Quanto a esses, é possível observar que a *Cambiamos* desencadeou o maior aumento da dívida externa na história do país, no marco de um novo regime financista. Sob os governos dos Kirchner (2003-2015), a política econômica estatal tinha o objetivo de reduzir a dívida externa assumindo uma postura firme com os credores. O sucesso relativo dessas negociações permitiu estimular a economia produtiva. Em grande medida, permitiu também superar o modelo financista que vigeu entre 1976 e 2001. A partir de dezembro de 2015, o governo de Macri lançou-se numa política compulsiva de endividamento externo como meio de relançar o modelo financista. A proporção da dívida sobre o PIB vinha aumentando desde 2011, quando alcançava 14,4%, seu nível mais baixo desde a restauração da democracia

em 1983. A partir de então, a dívida começou a crescer e disparou sob as políticas macristas, até alcançar 65,5% do PIB em junho de 2018. Assim, a taxa de endividamento da Argentina passou do patamar mínimo a um nível difícil de sustentar em tempo recorde. A emissão total de dívida em moeda local e internacional alcançou o equivalente a 133 bilhões de dólares, o que tornou o país o maior emissor de dívida pública entre as economias emergentes no período 2016-2018.

No que diz respeito à relação com os credores, o evento principal nesse novo ciclo de endividamento é a decisão de recriar o vínculo de submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) quatorze anos após o país ter zerado os débitos com a organização. O retorno do FMI materializou-se com a solicitação de um crédito *stand-by*. A novidade desse grande empréstimo (50 bilhões de dólares), quando comparado com outros acordos *stand-by* assinados entre a Argentina e o FMI, é que não apenas as metas monetárias e de impostos serão supervisionadas, mas desta vez também a meta de inflação. Desse modo, a presidência de Macri praticamente delegou a administração da economia nacional ao FMI. O governo Macri tornou-se o executor do programa de ajuste neoliberal monetarista exigido pelo FMI.

As políticas de militarização interna e hiperendividamento *proposita* estão erodindo a soberania nacional e causando resistência massiva e protestos em todo o território. As forças de oposição envolvem um amplo espectro de atores sociais que têm sido prejudicados e excluídos da sociedade por essa transformação social regressiva. Embora as relações de poder entre os defensores da democratização e os partidários do novo regime global de macro-apropriação privada seja notavelmente desigual em favor dos últimos, o futuro da política nacional no médio prazo é imprevisível. Precisamos ter em mente que não basta simplesmente descrever o atual processo de erosão democrática. É preciso *explicar* o fenômeno de uma perspectiva multidimensional da democracia, envolta por uma nova teoria social da apropriação e da mudança sociohistórica. Tal explicação nos permitirá redefinir um novo programa de esquerda visando a mudança social, um programa capaz de virar o jogo de apropriação no qual estamos imersos. Precisamos conseguir antes que seja tarde demais para a democracia. ■

Contato com Esteban Torres Castaños
<esteban.tc@conicet.gov.ar>

> A supressão das mulheres da revolução egípcia

Por Amy Austin Holmes, Universidade Americana do Cairo, Egito, e pesquisadora visitante da Universidade de Harvard, EUA



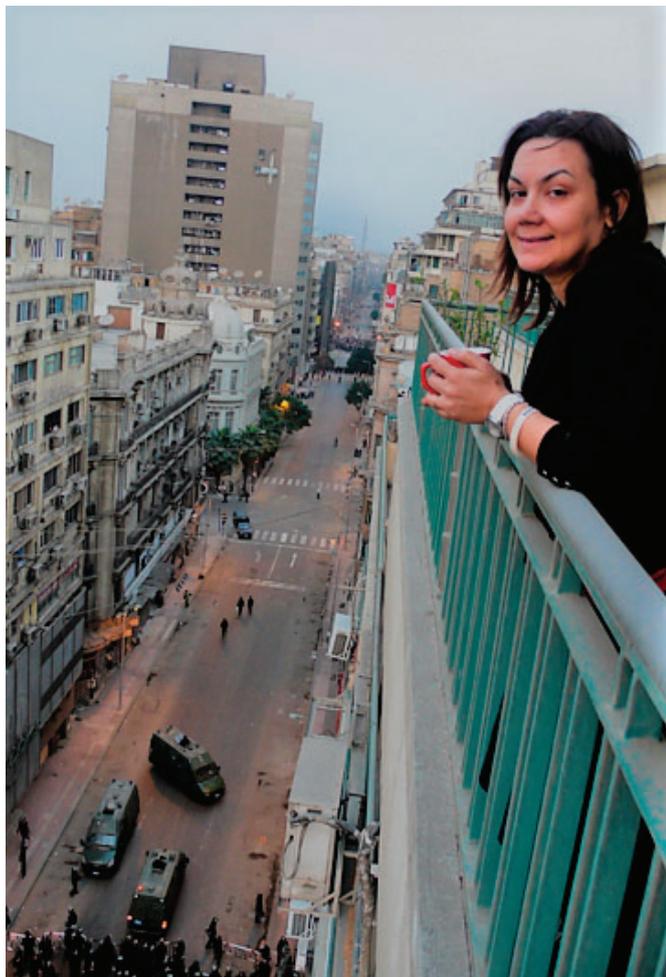
Flickr / lokha Alguns direitos reservados.

A sombra do espetáculo fascinante dos protestos de massa na Praça Tahrir, a Primavera Árabe levou a um interesse renovado pelo estudo das revoluções. Mas apesar da abundante literatura, as mulheres parecem não ter participado. A *Revolution Undone*, livro de H. A. Hellyer, começa com um glossário de 27 figuras importantes da revolução egípcia. Apenas uma mulher é mencionada, entre 26 homens. *Egypt: Contested Revolution*, de Philip Marfleet, traz uma mulher na ilustração de capa, mas há poucas mulheres em sua análise. Outros pesquisadores incluem mulheres basicamente como vítimas de abusos ou violência, mas não como protagonistas que foram importantes para moldar os eventos. Para encontrar as mulheres no mar de literatura sobre a Primavera Árabe, é preciso procurar nas subáreas dedicadas aos estudos de gênero, porque elas estão em geral ausentes dos livros que buscam oferecer perspectivas gerais sobre os protestos. Como residente do Cairo que vive no Egito desde 2008, eu vi mulheres em todos os protestos, todas as paralizações, e em praticamente todos os eventos que testemunhei. Mas as mulheres estão sendo apagadas da história da revolução egípcia. As gerações futuras poderão ser levadas a acreditar que as mulheres foram agentes de

pouca importância nos eventos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe. Contudo, nada poderia estar mais distante da realidade.

As mulheres não reivindicaram apenas seus. Elas, muitas vezes, estiveram na linha de frente do ativismo revolucionário, desde a época da ditadura de Mubarak, passando pelos anos de revolta até os dias de hoje, quando o regime se reconfigurou sob o presidente Sisi. Em 2005, numa tentativa de prevenir fraudes e introduzir alguma transparência no sistema autoritário, três mulheres fundaram um grupo para monitorar as eleições presidenciais e parlamentares. Elas escolheram chamar-se *Shayfeencom*, que significa “estamos de olho em vocês.” Uma das fundadoras, Bouthaina Kamel, mais tarde se tornou a primeira mulher a concorrer à presidência na história moderna do Egito. Até a revolução, o Centro Nadeem era o único do Egito dedicado a atender as vítimas de tortura, e foi fundado por uma mulher: Dra. Aida Seif El-Dawla. E quem fez o vídeo que viralizou uma semana antes do 25 de janeiro de 2011, aquele que insuflou milhões de pessoas a saírem às ruas para protestar? Também uma mulher: Asmaa Mahfouz, do Movimento Jovem 6 de Abril.

Depois que Mubarak foi expulso, o país foi governado durante um ano e meio por uma junta militar conhecida como Conselho Supremo das Forças Armadas. Como eu disse em outro lugar, uma das exigências mais radicais da revolução era encerrar o domínio dos militares. Não se tratava



Bouthaina Kamel (foto) acima da Praça Tahrir em 28 de janeiro de 2011. Ela se tornou a primeira mulher a concorrer à presidência no Egito. Direitos autorais: Amy Austin Holmes.

de reforma, de mudança gradual ou de tirar um ditador do poder, mas sim de mudar fundamentalmente a estrutura do Estado: introduzir um regime civil num país governado pelos militares desde sua fundação, em 1952. O exército egípcio é baseado no recrutamento masculino universal. As mulheres são, de antemão, excluídas da instituição mas poderosa do país. Não pode ser coincidência que muitos dos principais ativistas contra o regime militar sejam mulheres. O grupo Contra os Julgamentos Militares exigiu o fim da submissão de civis aos tribunais militares. Entre as figuras centrais do grupo, estavam Shahira Abou Leil e Mona Seif. Outro grupo expôs muitas das violações de direitos humanos cometidas pelos militares por meio de exposições de vídeos em espaços públicos. Esse grupo era chamado *Askar Kazeboon*, que significa “Soldados são Mentirosos,” e foi co-fundado por Sally Toma, uma mulher cristã copta.

Com frequência, eram as mulheres que balançavam os tabus sociais ao falar sobre as violências indizíveis sofridas tanto por homens quanto por mulheres. Foi Samira Ibrahim quem quebrou o silêncio sobre a prática militar de realizar testes de virgindade nas mulheres detidas. Quem liderou a campanha para banir esses testes foi Heba Morayef, então

diretora do Observatório dos Direitos Humanos no país e a única mulher a aparecer no glossário de Hellyer. As mulheres também lideraram a defesa dos direitos dos homens. Dalia Abdel Hamid, pesquisadora da Iniciativa Egípcia de Direitos Pessoais (*Egyptian Initiative for Personal Rights – EIPR*), foi uma das poucas pessoas no Egito a denunciar o ataque à comunidade LGBTQ no outono de 2017, que incluiu a realização forçada de exames anais em homens suspeitos de serem homossexuais.

As mulheres também estiveram à frente do cenário de meios de comunicação opositores, Lina Attallah foi fundadora e editora-chefe do *Mada Masr*, um site de notícias que *The Guardian* descreveu em 2015 como um dos responsáveis por manter viva a liberdade de imprensa no Egito. Por dizer verdades perigosas, o *Mada Masr* foi um dos primeiros sites a serem bloqueados em 2017 e, mais de um ano depois, continua sob censura.

A nova geração de ativistas núbios tem várias mulheres de destaque. Fatma Emam trabalhou no comitê que propôs o novo projeto de constituição e conseguiu fazer com que a Núbia fosse mencionada pela primeira vez na carta egípcia. Como blogueira e pesquisadora, ela continua abordando assuntos delicados, incluindo a tomada militar de territórios tradicionais núbios ao longo da fronteira com o Sudão. Na primavera de 2017, Seham Osman, uma jovem de Aswan, foi a primeira mulher a anunciar a intenção de concorrer à presidência da União Geral da Núbia, mas teve que desistir depois de sofrer fortes pressões.

Finalmente, um dos advogados que defende os direitos humanos mais conhecidos do Egito é Mahienour El Massry. Ela é conhecida por defender os direitos humanos de todos os egípcios, incluindo as 21 militantes da Irmandade Muçulmana, mesmo sendo ela mesma uma crítica mordaz da Irmandade. Ela também defendeu refugiados sírios e insistiu em dormir junto com eles nas delegacias para garantir que não fossem torturados ou maltratados. Em 2014, ela recebeu o prêmio Ludovic Trarieux de direitos humanos; Nelson Mandela ganhou o mesmo prêmio em 1985.

Um texto tão curto não pode fazer justiça ao tema. Há simplesmente mulheres demais para mencionar. *Women and the Egyptian Revolution*, de Nermin Allam, é um dos livros em que se pode encontrar uma análise mais pormenorizada. Mas espero ter mostrado que as mulheres não lutaram apenas pelos direitos das mulheres. Elas foram fundamentais na luta mais ampla. Apagar as mulheres da história da revolução ou relegá-las aos estudos de gênero é perpetuar as estruturas patriarcais contra as quais elas se rebelaram. ■

Contato com Amy Austin Holmes <holmes@aucegypt.edu>

> Governança global:

um conceito para uma ordem mundial democrática?

Por **Peter Wahl**, membro do conselho executivo, Associação Mundial de Economia, Ecologia e Desenvolvimento (WEED), Berlim, e co-fundador da *Attac Germany*, Alemanha



Ilustração por Arbu.

Na década de 1990, um conceito iniciou sua carreira: governança global. Isso prometia um tipo novo e mais democrático de sistema internacional, assim como uma globalização com uma face humana. A trajetória do conceito ensina lições interessantes.

Primeiro de tudo: *governança* não é *governo*. No original francês, *gouverner*, significa conduzir, dirigir, regular. Na essência, os seguintes pontos-chave estão ligados ao conceito:

- O processo econômico da globalização escapou da regulamentação política. Isso se deve ao triunfo do neoliberalismo, que se baseia na autorregulação dos mercados, na liberalização, na privatização e na desregulamentação.
- Surgiram novos problemas globais, como o aquecimento global, cuja solução está além da capacidade de estados-nações individuais.
- Problemas internacionais convencionais, como a segurança coletiva, a corrida armamentista, a não-proliferação nuclear, etc., precisam de novas abordagens.
- Novas formas de regulação política são necessárias por meio de uma combinação de acordos formais e vinculantes, estabelecimento de normas não vinculantes, acordos voluntários e redes multilaterais, que juntos se combinam para formar um regime.
- Tudo isso precisa de um novo tipo de interação entre os atores do sistema internacional, ou seja, governos, instituições multilaterais, setor empresarial e sociedade civil. Inclusão, cooperação, diálogo, redes, negociação e equilíbrio de interesses são instrumentos fundamentais.

Com o fim da Guerra Fria, o conceito parecia ter uma chance realista de implementação. A *governança global* encontrou o *zeitgeist* e tornou-se popular. A conferência no Rio da ONU em 1992, a maior conferência da história, com mais de 100

>>

chefes de Estado e uma participação maciça da sociedade civil, pode ser vista como um símbolo disso. O Rio foi o avanço da narrativa do “um mundo”, que poderia se conectar igualmente ao cosmopolitismo liberal e ao internacionalismo de esquerda.

No entanto, a desilusão veio em breve. Já na primeira conferência de monitoramento, cinco anos depois, era óbvio que a globalização do capitalismo neoliberal não cumpriu suas promessas. Não houve inundação de prosperidade, levantando pequenos barcos e grandes navios a vapor. Em vez disso, muitos perdedores foram produzidos. Curiosamente, muitos deles estavam nas economias avançadas - com consequências, que vemos em todas as suas dimensões apenas hoje, quando muitos dos perdedores se voltaram para a extrema direita. Como o protesto espetacular na reunião da Organização Mundial do Comércio de Seattle em 1999 indicou, mais e mais pessoas perceberam as desvantagens da globalização, entre elas as ameaças à equidade social, ao meio ambiente e à democracia.

Em outras palavras, a dinâmica da economia de mercado capitalista prevaleceu. Em 2008, a crença de que os mercados financeiros seriam eficientes e poderiam regular a si mesmos definitivamente se tornou um mito. O capitalismo financeiro tinha ficado fora de controle, levando à maior crise financeira desde a Grande Depressão. A *governança global* não tinha sido capaz de influenciar o processo, para não falar de virar a maré.

Mas não foi apenas na esfera econômica que a abordagem da *governança global* não pôde ser cumprida. O espírito de *governança global* também não funcionou nas relações internacionais. Assim, a ampliação da OTAN para o Oriente foi iniciada em 1997 contra a Rússia de Yeltsin. Quando, em 1999, a OTAN iniciou sua guerra na ex-Iugoslávia sem um mandato da ONU, toda uma série de atos de política de poder unilateral e violações do direito internacional foram iniciadas. Continuou com a “guerra ao terror” após o 11 de setembro, o ataque ao Iraque com uma “coalizão de vontade global”, a independência unilateral do Kosovo sob o escudo da OTAN em 2008 e a mudança de regime na Líbia em 2011. Tudo isso é o oposto da abordagem de *governança global*.

Contra esse pano de fundo, não é de surpreender que surjam reações contrárias. Em particular, a Rússia e cada vez mais a China sentiram-se encorajadas a sair da linha da ordem pós-Guerra Fria. Esse não é apenas um fenômeno temporário. Está fundamentado em uma profunda transformação tectônica do sistema internacional. Estamos agora testemunhando a transição para uma ordem mundial policêntrica. Suas características básicas são a ascensão da China a uma superpotência, o retorno do capitalismo de

Estado russo como uma grande potência, a mudança do centro de gravidade econômica do planeta para a Ásia e uma erosão (relativa) do domínio americano e ocidental.

Os recém-chegados organizam-se em composições variáveis e em diferentes alianças entre si baseadas em questões, como a Organização de Cooperação de Xangai ou os BRICS. Estabelecem instituições financeiras multilaterais, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), como uma alternativa ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, e prevê enormes projetos econômicos e de infraestrutura, como a *Nova Rota da Seda*. Isso é acompanhado pelo surgimento de estruturas paralelas na economia mundial, como um sistema alternativo ao SWIFT - o sistema neural eletrônico das finanças globais - da China e da Rússia, e um sistema de cartão de crédito próprio que quebra o monopólio global da *Mastercard*, *Visa* e *American Express*. Os acordos comerciais substituem cada vez mais o dólar norte-americano por meio de unidades de compensação acordadas bilateralmente, minando um dos pilares da hegemonia dos EUA. Em outras palavras, existe um tipo alternativo de reação à globalização, que se baseia na ideia de poder compensatório. Um elemento é um tipo de “*desglobalização seletiva*”.

Claro, a próxima ordem mundial vem com novos riscos. Como sempre, em tais circunstâncias, a competição entre os recém-chegados e os atores já estabelecidos leva a conflitos e instabilidade. Com a chegada da administração Trump e seu unilateralismo extremista para “tornar a América grande novamente”, os riscos adquiriram uma nova característica.

Se perguntarmos por que a *governança global* não funcionou, as principais razões são:

- a cegueira em relação às relações de poder na economia política do capitalismo globalizado, ou, como diria Marx, a silenciosa violência das relações econômicas;
- a cegueira em relação às relações de poder no sistema internacional; e
- a subestimação da inércia do Estado-nação como o quadro ainda dominante para a organização da sociedade capitalista.

A *governança global* foi desde o início um conceito idealista demais. No entanto, a ideia de cooperação internacional ainda é válida e não deve ser abandonada pela teoria social crítica - e pela prática. Mas um olhar mais atento sobre quem está cooperando com quem e contra quem e uma avaliação realista do equilíbrio de poder serão necessários se alternativas viáveis forem desenvolvidas. ■

Contato com Peter Wahl <peter.wahl@weed-online.org>

> O intelectual por excelência

Por Nicolás Lynch, Universidade Nacional de San Marcos, Peru



27

| Aníbal Quijano em 2015. Creative Commons.

Aníbal Quijano (1928-2018) tem sido o intelectual crítico por excelência no Peru e na América Latina, aquele que agiu de acordo com seus princípios. Quando ele emergiu como sociólogo nas décadas de 1960 e 1970, as críticas ao *status quo* estavam no auge.

Quijano nunca cedeu aos apelos da sereia do marxismo-leninismo que atingiu sua expressão mais bárbara no Sendero Luminoso. Na década de 1990, no auge da influência do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, sua condenação à subalternização de certas categorias sociais acabou levando-o a dar uma

>>

contribuição crucial para explicar os processos em funcionamento no Peru contemporâneo e na América Latina em geral..

Quijano trabalhou principalmente como professor e pesquisador em sua universidade de origem, San Marcos, em Lima, Peru, bem como em várias outras universidades da América Latina e dos Estados Unidos. Como resultado de sua breve incursão na política direta na década de 1970 com a revista *Sociedad y Política* [Sociedade e Política], ele foi deportado para o México pelo governo militar de Juan Velasco Alvarado, emergindo assim como um intelectual público profundamente comprometido com as lutas dos povos do Peru e da América Latina. Ele realmente dedicaria sua vida a descobrir por que os processos sociais e políticos que moldam nossa sociedade são como são e a explorar os mecanismos para sua transformação.

O primeiro aspecto de sua contribuição é epistemológico. Quijano fornece uma explicação “do Sul” para processos sociais na região. Ao fazê-lo, ele rompe com a dicotomia tradição/modernidade derivada da sociologia funcionalista e defende a heterogeneidade histórico-estrutural como narrativa principal. Ele vê um conjunto de formas de produção coexistindo nas sociedades latino-americanas, organizadas em torno do capital como um fenômeno que

não é apenas nacional, mas também transnacional e, eventualmente, global.

Quijano, portanto, abordou a questão da condição de dependência da América Latina. Embora tenha se recusado a se referir à chamada “teoria da dependência”, é óbvio que ele fez parte da narrativa inaugurada por Raúl Prebisch e CEPAL (ECLAC em inglês) nos anos 1950 e depois continuada por Cardoso e Faletto e, finalmente, por Ruy Mauro Marini nos anos 1960 e 1970. Seu engajamento com o debate que surgiu na época, com diferentes contribuições sobre o planejamento urbano e a força de trabalho, culminou magistralmente três décadas depois, com sua caracterização global da América Latina através do conceito de colonialidade do poder.

Mas Quijano também fez uma contribuição altamente significativa para as questões da identidade latino-americana: desde sua contribuição no processo de *cholificación* [miscigenação] no início dos anos 1970 no Peru, até o renascimento dos escritos de José Carlos Mariátegui - o grande pensador marxista crítico latino-americano dos anos 1930 - e sua particular simpatia pelas lutas dos povos indígenas e o conceito de *buen vivir* [bem viver] atualmente fomentado por vários movimentos étnicos.

Sua contribuição na questão da identidade é baseada no conceito de raça. Na visão de Quijano, esse conceito origina-se da colonização europeia do que veio a se chamar América, e se torna um elemento central na classificação da hierarquia social vigente na região. A identidade é construída em torno da raça e, portanto, da dominação. Junto com a dependência, o conceito de raça seria fundamental na construção da colonialidade do poder. Quijano argumenta que a colonialidade do poder implica em uma dominação externa, de um império sobre uma colônia ou neocolônia, mas também uma dominação interna, da elite dominante sobre o resto da sociedade - precisamente devido a uma construção racial diferencial. Assim, a colonialidade do poder torna-se o principal desafio para a formação de Estados genuinamente nacionais e plurinacionais na América Latina.

Como podemos ver aqui, a criatividade teórica de Aníbal Quijano e sua posição dentro da tradição do pensamento social autônomo na região fizeram dele uma figura marcante na sociologia do Peru e do continente mais amplo. ■

Contato com Nicolás Lynch
<nicolaslynch54@gmail.com>

> A alegria do guerreiro

Por Raquel Sosa Elízaga, Universidade Nacional Autônoma do México, México

O herói de mil batalhas, Aníbal Quijano foi pego de surpresa quando a Universidade da Costa Rica conferiu-lhe o título de Doutor *honoris causa*. Ele ficou ainda mais surpreso quando um auditório lotado o ovacionou de pé. Ele agradeceu calorosamente às autoridades e aos acadêmicos por “terem tornado o seu trabalho mais conhecido”; e enfatizou seus agradecimentos ao compartilhar o pensamento de que o reconhecimento era devido a um modo de vida “que dá sentido ao que se escreve e ao que se pensa”. Com extrema humildade e simplicidade, ele ofereceu ao público o que ele considerava ser o lema de sua vida: “Viver dentro e contra”. E acrescentou: “*Não há outro jeito de viver em um mundo que reúna poder, exploração e violência*”.

Conheci Aníbal Quijano há muito mais anos do que me lembro, no meu país natal, onde ele chegou como exilado em meados da década de 1970. Seu pensamento e luta anti-imperialista; sua convicção sobre a necessidade de fundamentar o conhecimento social nas demandas e lutas dos povos da América, Ásia e África; sua empatia pelas lutas de mulheres, jovens, povos indígenas, migrantes, desalojados e refugiados em todo o mundo levou-o a fazer inúmeras viagens e a ser reconhecido e recebido em lugares onde os acadêmicos raramente põem os pés.

Sua longa história de desafio o forçou, quando ele estava de volta ao seu país

“Seu lema de vida era: viver dentro e contra”

natal, o Peru, no início da década de 1990, a renunciar à sua cadeira na Universidade de San Marcos, depois que o ditador Fujimori ordenou que os militares assumissem o controle da Universidade. Foi assim que, mais uma vez, ele encontrou refúgio na Universidade de Binghamton, e em Paris, e também em outros lugares; e foi só no início da segunda década deste século que a Universidade Ricardo Palma, no Peru, generosamente lhe ofereceu um lugar para os seus últimos anos de batalha. Em toda a sua vida se dedicou a organizar e participar incansavelmente de eventos que eram acadêmicos, políticos e educacionais, e constantemente a alcançar as pessoas; sempre formativo e sempre demonstrando grande solidariedade. Ele escreveu capítulos brilhantes em colaboração com muitos intelectuais e acadêmicos que participaram com ele do Fórum Social Mundial, incluindo Immanuel Wallerstein e Pablo González Casanova, seus amigos íntimos.

Sua visão da colonialidade do poder, pela qual ele foi reconhecido em todas as latitudes do planeta, deriva de uma luta política e acadêmica. De fato, eu diria que isso constitui um chamado moral e, de fato, uma exigência de elevar as visões e a dignidade de alguém, a fim de não mais ser sujeito dos poderes, sejam estrangeiros ou domésticos. Em vez disso, é um

chamado para se transformar o conhecimento em uma ferramenta e uma arma implacável para procurar rotas verdadeiras de transformação, para o benefício das pessoas vilipendiadas, privadas, excluídas e abandonadas do mundo.

Assim como com seus antecessores Aimé Césaire, Frantz Fanon e especialmente José Carlos Mariátegui, Aníbal Quijano trouxe um significado histórico genuíno ao seu trabalho, baseado na demonstração veemente de como o mundo se transformou desde o século XVI, como o racismo e a escravidão converteram-se nas forças econômicas impulsionadoras do desenvolvimento capitalista. A compreensão e a denúncia deste ciclo de opressão e alienação que não cessou até hoje, tornou-se tema constante de sua vida. Indiferente às tendências e celebrações, sem sentir a dor de períodos de isolamento ou incompreensão, privação pessoal ou perseguição política, era dele a alegria do guerreiro. Ele era alguém que estava feliz porque sabia que estava lutando por uma causa maior do que ele. E ele gostava da vida, da beleza, da sua família e de seus amigos, com toda a intensidade que sua própria longevidade lhe permitia. Vamos celebrar seu tremendo exemplo, sua determinação e sua integridade! ■

> Principais características da pobreza pós-apartheid

Por Joshua Budlender, Universidade de Massachusetts Amherst, EUA



Frederik Willem De Klerk e Nelson Mandela no Fórum Econômico Mundial em Davos em 1992.

Fonte: Fórum Econômico Mundial.

e 65% da população é considerada “pobre”, com esses números reunidos, apenas alguns pontos percentuais foram melhorados em relação a 1994. A incidência da pobreza ainda é acentuadamente delineada ao longo da linha racial de classificação do censo, com 73% dos africanos negros, 48% dos *coloureds*, 12% dos indígenas/asiáticos e 2% dos brancos abaixo da linha de pobreza mais recente.

A pequena redução na pobreza tem sido principalmente devido à massiva expansão pós-apartheid dos “subsídios sociais” do governo - transferências monetárias mensais e incondicionais direcionadas para certas categorias de pobres. Para os 40% das famílias mais pobres da África do Sul, os subsídios sociais constituem agora mais de metade do total do rendimento familiar.

A outra melhoria principal nas condições materiais no período pós-apartheid diz respeito a algumas facetas da privação material não relacionada à renda. Grandes programas públicos aumentaram drasticamente o acesso à água corrente, eletricidade e educação, enquanto a desnutrição e a mortalidade diminuíram notavelmente. As melhorias nessas áreas refletem, em parte, a extrema negligência e privação da era do *apartheid*, e avanços substanciais são inegáveis, especialmente nas áreas rurais.

Apesar dessas melhorias materiais, no entanto, a pobreza extrema continua generalizada no campo, especialmente no que costumavam ser os bantustões [*homelands*] da era do *apartheid*. Quando os índices de privação são usados para mapear a pobreza na África do Sul, as áreas de maior privação frequentemente estão nos limites dos bantustões, demonstrando um legado duradouro de mais de duas décadas desde que essas áreas foram formalmente reincorporadas à África do Sul.

Tornou-se uma obviedade notar que, enquanto a maioria negra da África do Sul alcançou liberdades políticas com o fim do *apartheid*, em 1994, liberdades econômicas substantivas permaneceram não realizadas. Essa noção é, no entanto, frequentemente expressa em termos muito gerais, ou no contexto de estudos especializados de fenômenos muito particulares. Aqui, eu reúno evidências amplas para estabelecer o que mudou e o que não mudou quando se trata da questão da pobreza material generalizada na África do Sul.

> A incidência da pobreza na África do Sul pós-apartheid

O primeiro e mais básico ponto a ser feito é que a proporção da população sul-africana tipicamente classificada como “pobre em renda” praticamente não mudou no período pós-apartheid. Números específicos dependem da linha de pobreza utilizada, mas geralmente entre 50%

A pobreza, evidentemente, não é apenas um problema rural. As famílias em áreas urbanas informais têm chances ligeiramente melhores de sair da pobreza do que suas contrapartes rurais, mas, mesmo assim, enfrentam barreiras estruturais significativas. O planejamento da era do *apartheid* forçou os trabalhadores negros urbanos e suas famílias a se deslocarem para periferias urbanas distantes, longe dos empregos e das comodidades de núcleos urbanos bem desenvolvidos. Após o *apartheid*, esse padrão foi estabelecido por fortes proteções dos direitos de propriedade privada e da política do governo, que levou à construção de moradias subsidiadas pelo Estado em terras periféricas baratas. Exacerbado por sistemas de transporte público com serviços insuficientes, os trabalhadores sul-africanos têm longos períodos de deslocamento e pagam altos custos de deslocamento; isto leva a “taxas de transporte” efetivas de até 40% dos salários dos trabalhadores. As “cidades do *apartheid*” também parecem tornar mais difícil para os residentes da periferia encontrar emprego em primeiro lugar.

> Poucos empregos e salários muito baixos

O mercado de trabalho disfuncional da África do Sul está mais no centro da persistência da pobreza pós-*apartheid*. O desemprego atrai a atenção da mídia e do formulador de políticas, o que não surpreende, dados seus índices extraordinários. De acordo com a definição global “estreita” de desemprego, a taxa de desemprego sul-africana tende a pairar entre 25% e 30%. De acordo com a definição “ampla” – que faz mais sentido no contexto sul-africano – o desemprego oscilou em torno de 40%.

O desemprego em massa nessa escala claramente não deve ser subestimado. No entanto, muitas vezes desviou a atenção dos salários muito baixos, que prevalecem na África do Sul. Das famílias da África do Sul que têm um assalariado no núcleo familiar, metade está abaixo da linha de pobreza sul-africana mais recentemente calculada (88% das famílias sem assalariados estão abaixo da mesma linha de pobreza). Enquanto os salários aumentaram no topo da distribuição, os salários médios permaneceram estagnados em termos reais desde 1994. A evidência etnográfica mostra, cada vez mais, que os trabalhadores sul-africanos frequentemente deixam seus empregos porque os salários são muito baixos para justificar a combinação de custos materiais e psicológicos (como custos de deslocamento e experiências de desrespeito, respectivamente) que esses empregos envolvem – mesmo que isso signifique ficar desempregado.

Quais são as causas do alto desemprego e dos baixos salários? A explicação favorita é a educação de baixa qualidade. De acordo com essa teoria, a África do Sul está experimentando uma “incompatibilidade de habilidades”, na qual os empregadores precisam cada vez mais de trabalhadores altamente qualificados, mas o sistema de educação básica é muito disfuncional para produzir esses

trabalhadores. É certamente verdade que, apesar do aumento dramático das taxas de matrícula, o sistema de educação básica da África do Sul está em um estado de crise absoluta com, por exemplo, oito em cada dez alunos da 4ª série incapazes de ler e entender o significado de um texto. Mas a educação não pode explicar toda a história.

Uma questão que deve ser reconhecida é a demanda deficiente de mão de obra do setor privado. Com o fim do *apartheid* e o colapso do controle do afluxo no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a oferta de trabalho aumentou dramaticamente, já que os sul-africanos negros anteriormente confinados aos bantustões poderiam agora buscar uma vida melhor nas cidades. A demanda por mão de obra neste período não acompanhou o crescimento de sua oferta, levando a uma lacuna estrutural de desemprego que persiste até hoje. Embora os negócios frequentemente se queixem de que a regulamentação onerosa torna a contratação arriscada, os dados administrativos mostram que o setor privado sul-africano é caracterizado por níveis excepcionalmente altos de agitação de trabalhadores. Ao mesmo tempo, a demanda deficitária de trabalho também pode estar ligada a baixos níveis de investimento fixo do setor privado. As práticas de expansão de negócios do fim do *apartheid* por aquisição em vez de investimento produtivo foram substituídas por desmembramento corporativo, grandes pagamentos aos acionistas e transferência de capital para o exterior, mas a falta de interesse em investimentos produtivos internos permanece.

> Precariedade e pobreza dinâmica

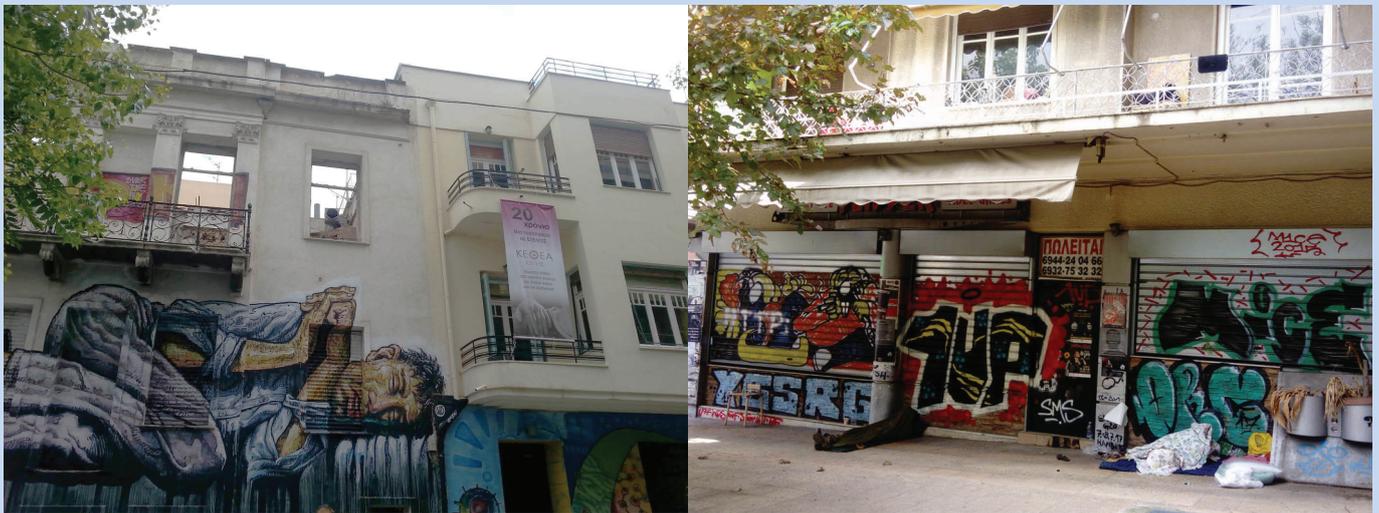
Desde 1994, a África do Sul tem seguido as tendências globais de terceirização e “trabalho de corretagem”, levando à crescente prevalência de formas precárias de trabalho. A análise dinâmica da pobreza na África do Sul mostra que 40% das famílias não pobres são “vulneráveis” – enfrentam sérios riscos de cair na pobreza no futuro – enquanto 80% das famílias pobres são classificadas como “cronicamente pobres” devido às suas perspectivas insignificantes da saída da pobreza.

A obviedade de que a liberdade econômica substantiva permanece não realizada na África do Sul é banal por uma boa razão: a realidade fala por si mesma. Um ponto que merece maior consideração na África do Sul, no entanto, reside na medida em que enfrentar esse problema requer uma reestruturação fundamental da economia do *apartheid* que ainda existe. Não há dúvida de que a expansão adicional de concessões sociais e serviços básicos constituiria uma ação progressista. No entanto, é o mercado de trabalho da África do Sul que está no centro da disfunção da economia, e é nesse âmbito que as intervenções precisam ser direcionadas para que a dependência do caminho do *apartheid* seja interrompida. ■

Contato com Joshua Budlender <jbudlender@umass.edu>

> Bem-estar pós-socorro: novas paisagens da pobreza na Grécia

Por Vassilis Arapoglou, Universidade de Creta, Grécia



A pobreza é pintada nas paredes de casas desocupadas enquanto dormir nas ruas se torna uma realidade diária para muitas pessoas.
Créditos: Vassilis Arapoglou.

Após oito anos de rígida austeridade imposta, o governo grego antecipou a era pós-resgate e promoveu sua “Estratégia de Crescimento para o Futuro”, um plano que foi negociado com o Eurogrupo, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, juntamente com discussões sobre formas de vigilância fiscal após a saída dos programas de assistência financeira. O plano sublinha a apropriação grega das reformas e tenta trazer para a agenda as prioridades para um “crescimento justo e inclusivo”.

Essa breve nota avalia as reivindicações do plano de sucesso da política, colocando-os dentro de um quadro de tempo-espaço mais amplo e contrastando-os com as conclusões da minha recente pesquisa sobre a pobreza nas cidades gregas. O discurso de “pós-socorro” pode ser considerado como um momento distinto para “pós-bem-estar”, uma estratégia

de descentralização de provisões sociais, progredindo em um ritmo diferente em muitos países e adotado pela Comissão Europeia para melhorar a desregulamentação do mercado de trabalho e a contração de direitos sociais. O pós-bem-estar envolve a reformulação das relações entre Estado, mercado e sociedade civil no desenho de redes de segurança social e programas de inclusão social. A descentralização das responsabilidades de política social cria uma arena política para estratégias concorrentes. Por um lado, uma estratégia neoliberal visa transformar agências locais e voluntárias e seus clientes em investidores de capital humano e consumidores responsáveis de serviços sociais. Por outro lado, as estratégias progressistas visam contrariar esse projeto de cima para baixo de submeter o bem-estar e a sociedade civil às regras do mercado. As coalizões de advocacy visam integrar o conhecimento e as reivindicações das iniciativas de base, permitindo-lhes

acessar recursos locais e financiamento para desenvolver suas atividades em novos campos, como saúde e assistência social, habitação, economia digital e ecologia urbana.

Na Grécia, os dois primeiros acordos de resgate constituíram uma tentativa deliberada de desvalorizar a força de trabalho e os benefícios do povo trabalhador. A dramática deterioração das condições de vida, que começou em 2010, foi interrompida nos últimos dois anos, mas essa situação não pode ser totalmente reparada, dado o modo como o capitalismo europeu está atualmente organizado. A taxa de pobreza em 2016, quando calculada pelos padrões de 2008, está próxima de 50%. Isso significa que metade da população grega vive na pobreza se usarmos os padrões de 2008 no país. Mas mesmo se usarmos os padrões atuais de renda, quase metade da população com menos de 25 anos é pobre, severamente carente ou desempregada. O trabalho de tempo parcial entre os jovens explodiu: um em cada quatro empregados com menos de 25 anos trabalha a tempo parcial e um em cada cinco cai nas filas dos trabalhadores pobres. A Grécia saiu dos acordos de resgate com o aumento da desigualdade e cerca de metade de sua população jovem se encontra em condições de vida empobrecida ou precária. A nova pobreza afetou principalmente as gerações mais jovens, os imigrantes e os habitantes da cidade.

Descobertas de pesquisas recentes (como mostrado em meu recente livro *Contested Landscapes of Poverty and Homelessness in Southern Europe: Reflections from Athens* [Paisagens Contaminadas pela Pobreza e Falta de Moradia no Sul da Europa: Reflexões de Atenas], que coescrevi com Kostas Gounis) ilustram como as medidas paliativas dominaram as políticas locais de combate à pobreza. A introdução de um esquema de “renda de solidariedade social” foi atribuída a um papel central na desconcentração dos serviços sociais, mas a assistência à renda é escassa e sujeita a muitas condições de uma maneira duramente trabalhista. Com recursos esgotados, agências locais e civis foram forçadas a redesenhar a inclusão social para atrair financiamento privado. Deve-se enfatizar que os programas de resgate não só desmantelaram formas de apoio já frágeis e inadequadas, como também moldaram uma trajetória específica para privatizar as disposições públicas e possibilitar a caridade.

O mais perturbador foi a constatação de que uma divisão artificial era frequentemente feita entre os “novos pobres”, com os quais os cidadãos leigos da classe média podiam se identificar (já que eles representavam o risco de um destino comum de destituição) e os outros marginalizados – toxicodependentes, doentes mentais, migrantes ilegais e pessoas nômades. A esse respeito, uma armadilha das respostas políticas locais não foi apenas a incapacidade de abordar a destituição material, mas também a inscrição de divisões simbólicas entre os destituídos como meio de evitar a culpa e o medo.

Em contraposição, o pluralismo dentro da sociedade civil permitiu o questionamento da lógica dos mercados e das antigas práticas estabelecidas de combate à pobreza. Uma atmosfera de esperança foi dispersa por muitas tentativas, mais ou menos organizadas, de atender às necessidades daqueles que não se enquadram nas categorias administrativas. O apoio informal tem sido um escudo contra o aprofundamento da marginalidade e as iniciativas locais de solidariedade têm acolhido refugiados em cidades gregas contra uma política ambivalente de imigração europeia.

No entanto, a “espontaneidade” ou “boa vontade” não é adequada para a mudança, especialmente quando as iniciativas de base são confrontadas com suspeitas pela União Europeia ou têm de operar num ambiente fortemente burocrático. Contrariamente à crença generalizada, levou-se anos para acumular conhecimento em áreas onde a sociedade civil tem sido historicamente ativa, onde o setor voluntário, associações profissionais, posseiros e iniciativas de base cooperam, e onde foram estabelecidas ligações com organizações ou movimentos internacionais de defesa. No entanto, grande parte dessa capacidade permanece inexplorada. Mentalidades autoritárias e clientelistas ainda sobrevivem entre os membros dos partidos governantes, usando organizações coletivas como extensões do Estado, desvalorizando a perícia social e silenciando vozes dissidentes.

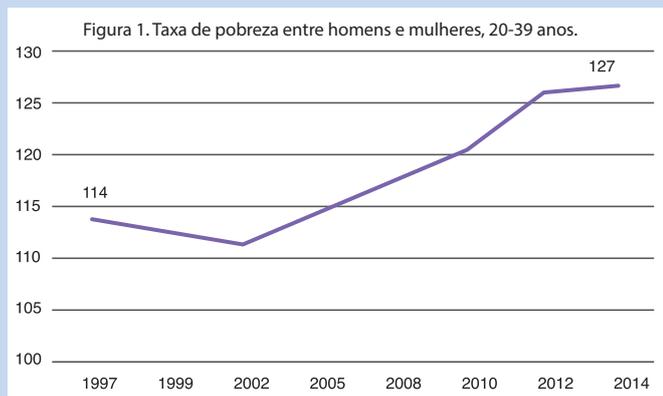
A “estratégia grega para um crescimento justo e inclusivo” pode ser vista como uma tentativa de melhorar a fragmentação política e chegar a um compromisso com as instituições europeias sobre o futuro do pós-bem-estar social. Organizações da sociedade civil criticaram a formulação do plano e as negociações com a Comissão por falta de transparência. O plano não estabelece objetivos concretos em relação à redução da pobreza e elogia a valorização da assistência direcionada, sem avaliar o impacto social dos atuais baixos níveis de assistência. Da mesma forma, as prioridades para a “integração econômica e social da juventude” e para “uma economia socialmente orientada” não são apoiadas por medidas concretas. É surpreendente que a questão premente da integração de refugiados e migrantes seja pouco mencionada. O plano identifica áreas-chave de negociação com a Comissão, principalmente a restauração da negociação coletiva e um salário mínimo, que são motivo de preocupação para ativistas trabalhistas. No entanto, será extremamente difícil inverter a legislação antitrabalhista, a tributação dos baixos rendimentos e os jovens trabalhadores por conta própria, e adiar os cortes nas pensões, que já foram acordados com os credores. Dadas essas condições desfavoráveis, as lutas locais pela emancipação política e econômica da sociedade civil são a única base para o otimismo. ■

Contato com Vassilis Arapoglou <<arapov@uoc.gr>

> Por que há mais mulheres pobres na América Latina?

Por **Juliana Martínez Franzoni**, Universidade da Costa Rica, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Pobreza, Assistência Social e Política Social (RC19)

A pesar do crescimento econômico, da competição eleitoral e das viradas à esquerda, o índice de pobreza feminina na América Latina aumentou de 114 para 127 para cada 100 homens (Figura 1). O que deu errado para milhões de mulheres em toda a região?



Fonte: Elaboração própria baseada em dados da CEPAL, CEPALSTAT, 2018.

> Contexto

A América Latina está emergindo de uma “virada à esquerda” ou “maré rosa” que começou em 1998 e durou até meados de 2010. A competição eleitoral deu às plataformas progressistas maior influência e realçou demandas por políticas trabalhistas e sociais progressistas.

Essa mudança para a esquerda foi o resultado político da desilusão dos cidadãos com as promessas não cumpridas dos governos conservadores anteriores. Essa desilusão coincidiu com um boom econômico. Embora diversos partidos de esquerda e seus líderes expressassem demandas por mudanças, especialmente em relação às condições de vida. Em 2000, os resultados sociais e as políticas públicas avançaram em toda a região.

> Ação estatal

As políticas econômicas implementadas durante a Maré Rosa implicaram reformas na política do mercado de

trabalho elevando o salário mínimo real e aumentando a formalização. A despesa social tornou-se uma proporção maior do gasto público total, passando de 49% em 2000 para 58% em 2014. Em termos per capita, passou de US\$ 687 em 2000 para US\$ 1.619 em 2014, conforme relatado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Embora a magnitude do aumento tenha variado entre os países, a tendência ocorreu em toda a região e foi percebida em programas novos e reformados.

A maior parte dos gastos sociais favorecia o acesso das mulheres aos recursos do Estado por meio de transferências e serviços. Um número considerável de intervenções estatais em toda a América Latina teve como alvo mulheres e mães. O desenvolvimento de políticas aumentou a proporção de mulheres com renda própria por meio de Transferências de Caixa Condicionais (CCTs) e cobertura de aposentadoria ampliada. Essas intervenções melhoraram o acesso das mulheres aos benefícios de aposentadoria para elas mesmas, em comparação com os benefícios obtidos como dependentes de seus maridos. Além disso, a duração e a cobertura das licenças de maternidade aumentaram e, lentamente, começaram uma reorganização do atendimento além das famílias e do trabalho feminino e maternal não remunerado. Com maior participação no mercado de trabalho, as vidas das mulheres foram transformadas.

> Mercados de trabalho e incorporação estatal

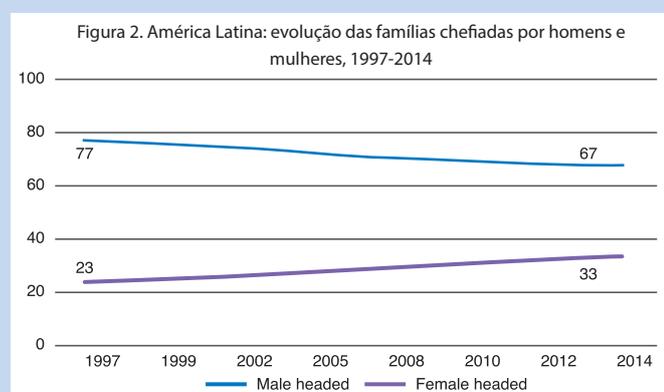
Durante a década de 2000, a participação feminina agregada do trabalho diminuiu devido a um teto sobre as mulheres com educação superior: mulheres com alta escolaridade, com idades entre 24 e 59 anos, tiveram uma participação de quase 90% na força de trabalho. O aumento da participação feminina na força de trabalho exigiria a incorporação de mulheres menos instruídas. Essas mulheres, no entanto, enfrentaram obstáculos estruturais para entrar no mercado de trabalho. O padrão geral de mudança foi incompleto para todas as mulheres, mas a desigualdade de renda também se tornou segmentada entre as mulheres.

Por diferentes razões, a incorporação das mulheres nos mercados de trabalho atingiu um patamar para as mulheres de renda mais baixa e mais alta no início dos anos 2000. Entre os piores, as taxas de participação tiveram um pico devido à divisão sexual do trabalho, fertilidade mais precoce e mais recursos limitados para acessar os serviços do estado ou adquirir serviços de assistência ao mercado privado. A divisão sexual inalterada do trabalho significava que as mulheres altamente instruídas já haviam atingido taxas de participação da força de trabalho semelhantes às dos homens, diminuindo e adiando a fertilidade e comprando serviços de assistência no mercado privado.

> Arranjos familiares alterados

As famílias latino-americanas também passaram por profundas transformações após a segunda revolução demográfica. Diversas relações conjugais significaram opções mais amplas de entrada e saída da família e uma melhor distribuição de direitos e responsabilidades. Embora famílias menores em número, estas também eram instáveis e propensas ao colapso.

Em toda a região, as famílias nucleares foram desgastadas à medida que os arranjos familiares diminuía e as famílias uniparentais, a coabitação, os casais conjugais do mesmo sexo e outras formas familiares aumentavam. O aumento das taxas de divórcio é uma indicação dessas transformações. A Figura 2 mostra a queda na proporção de agregados familiares biparentais chefiados por homens versus o aumento na proporção de agregados familiares chefiados por mulheres. As unidades familiares são, por definição, cooperativas e também conflitivas. As transformações familiares em curso desafiam o aspecto cooperativo das famílias, constituído por adultos que nutrem e protegem uns aos outros e seus filhos dos riscos sociais, destacando a presença de conflitos antigos e novos. Uma das consequências dessas transformações é o aumento do número de crianças que não vivem sob o mesmo teto do pai.



Baseado em dados da CEPAL.

A transformação das famílias tem implicações significativas para todos os envolvidos. As contas nacionais mostram que pelo menos 60% das necessidades de consumo das crianças e jovens latino-americanos são provenientes de transferências privadas. A manutenção econômica e o cuidado das crianças estão ligados à vida de suas mães, geralmente as responsáveis pelas crianças. As mulheres alimentam, nutrem, levam as crianças a exames médicos e realizam uma longa lista de tarefas de educação infantil. Essa geração oculta de necessidade, valor e consumo acontece dentro da família e é resolvida por meio do cuidado não remunerado e do trabalho doméstico das mulheres. Pesquisas regionais de uso do tempo relatam que este é o caso, independentemente da renda, idade e arranjos familiares.

As mulheres experimentaram mudanças na participação no mercado de trabalho, mas os homens experimentaram poucas mudanças na participação doméstica. As mulheres continuam realizando entre duas e três vezes mais cuidados não remunerados e trabalho doméstico do que os homens. Além disso, quando as famílias se desfazem, poucas crianças ficam com seus pais. Essa divisão persistente e a desigual divisão do trabalho doméstico têm consequências negativas para o acesso das mulheres aos recursos. Os encargos domésticos restringem a participação das mulheres no mercado de trabalho (por exemplo, o horário de trabalho remunerado) e sustentam a segregação ocupacional para atender às necessidades da família. As diferenças de renda limitam a capacidade das mulheres de transformar parcialmente seu trabalho doméstico não remunerado em trabalho remunerado baseado em casa, e também no trabalho feminino – uma característica central do regime de assistência desigual da América Latina.

> Implicações

As mudanças nos arranjos familiares, mais pais abandonando os papéis para além das relações conjugais e envolvimento marginal direto do Estado no bem-estar material das crianças, criam uma necessidade de leis e políticas estatais adaptativas. Os Estados enfrentam desafios no desenvolvimento de políticas capazes de responder às necessidades de um número crescente de famílias divorciadas, lares monoparentais (principalmente monomaternais), famílias com dupla renda, parceiros do mesmo sexo e mais crianças e mulheres vulneráveis à pobreza. Além disso, o reconhecimento legal de direitos iguais dessa ampla gama de arranjos familiares exige intervenções estatais capazes de reforçar a cooperação entre os arranjos familiares e a intervenção estatal, além das transferências monetárias antipobreza. No geral, esse é um novo desafio para todos os atores políticos, incluindo os partidos de esquerda. ■

Contato com Juliana Martínez Franzoni
<juliana.martinez@ucr.ac.cr>

> “Economia de caridade” na sombra do Estado de bem-estar social

Por Fabian Kessl, Universidade de Duisburg-Essen, Alemanha



Somente na Alemanha, milhões de pessoas são recorrem a sopas comunitárias, lojas de roupas de caridade, pontos de distribuição de alimentos e outros bancos de alimentos. Creative Commons.

Em dezembro de 2017, o conselho do banco de alimentos local (Tafel) em Essen (Alemanha) decidiu restringir o acesso para os usuários migrantes. Referindo-se à suposta má conduta de um jovem migrante, o banco de alimentos revogou o acesso de pessoas sem passaporte alemão. Essa decisão de restringir o acesso a um banco de alimentos local por critérios étnicos foi discutida internacionalmente e criticada em grande parte por seu racismo inerente. O caso de Essen aponta para uma mudança na questão social. Em vez de focar nas diferenças e relações entre “os de cima e os de baixo” em uma cidade como Essen, que

é fortemente polarizada entre ricos e pobres, uma nova diferença é colocada na agenda: aquela entre “os de dentro e os fora”. A oposição agora é colocada entre o “pensionista alemão necessitado e vulnerável” e o “jovem não-alemão assertivo”. Mesmo contra o pano de fundo de uma sociedade democrática, tal mudança deve ser discutida tanto publicamente como cientificamente. O que continua a ser garantido nesta nova agenda, no entanto, é a existência de bancos de alimentos locais em grandes cidades europeias. Surpreendentemente, o debate apenas tocou brevemente na questão de por que as pessoas no século 21 estão diariamente usando um banco de alimentos em um país como a Alemanha – ou em outros países europeus e norte-americanos.

Na Alemanha, os números oficiais sobre auxílio alimentar só estão disponíveis com base no número interno de associações nacionais, como a Associação Alemã de Bancos Alimentares (Tafel Deutschland e.V.). A associação informou que havia 934 bancos de alimentos locais em 2016, contando apenas com suas organizações membros. Se levarmos em conta todas as outras organizações que distribuem bens básicos aos “necessitados”, encontramos um sistema muito maior de alívio da pobreza em toda a Europa – e além. Somente na Alemanha, milhões de pessoas são usuárias de sopa comunitária, lojas de roupas de caridade, pontos de distribuição de alimentos e outros bancos de alimentos. Nossa própria pesquisa mostrou que cerca de 5.000 a 6.000 organizações podem ser encontradas em apenas cinco dos dezesseis *Bundesländer* (estados federados alemães). Um novo sistema de alívio da pobreza foi estabelecido desde os anos 80 (ou antes, como nos EUA). Esse sistema pode ser chamado de “nova economia de caridade”.

O termo “nova economia de caridade” descreve um sistema de distribuição em que bens básicos são distribuídos gratuitamente ou vendidos a preços de desconto para “os pobres” ou “os necessitados” por meio de ajudantes voluntários ou pessoas de baixa remuneração. Este sistema baseia-se na provisão de bens de consumo vindos de uma das três fontes a seguir: superprodução industrial; bens que não podem mais ser vendidos devido a fatores como especificações de padronização legal e objetivos de *marketing*; e bens que já não são necessários para os agregados familiares.

A “nova economia de caridade” tem como alvo grupos de pessoas que não possuem meios ou recursos para participar do sistema capitalista de distribuição de bens. No entanto, esta nova economia está distribuindo principalmente bens básicos para o dia a dia. Como tal, afeta formas de apoio, que antes eram de responsabilidade exclusiva do Estado de Bem-Estar Social e suas agências (como as conhecíamos na Europa ou na América do Norte em meados do século 21). No sistema de seguridade social do Estado de bem-estar social, as lacunas de fornecimento de materiais com base em reclamações legais são principalmente protegidas por meio de benefícios em dinheiro e complementadas por serviços sociais. No entanto, a “nova economia da caridade” coloca benefícios não monetários ao lado de estruturas legais de seguro social, fornecimento ou bem-estar social como subsídio para os necessitados. Às vezes até os substitui. No caso de substituição, os usuários são encaminhados para esse novo serviço de suporte de subsistência baseado em doações. A sua disponibilidade não se baseia no direito, mas em receber presentes de caridade (implicando lealdade). A “nova economia da caridade” está transformando a redução da pobreza em alívio da pobreza, mudando o modo de prestar apoio: doadores e ajudantes estão agindo com base na compaixão ao invés de uma “solidariedade entre estranhos” (*Hauke Brunkhorst*). É a atenção temporária para a infelicidade dos outros e não um direito formal de apoio que caracteriza a “nova economia da caridade”.

Mas não é apenas um sistema de alívio da pobreza baseado na lealdade e na compaixão, como conhecíamos historicamente desde os primórdios do industrialismo. A “nova economia da caridade” também deve ser entendida enquanto um sistema econômico secundário. Intimamente interconectada com o mercado primário, a economia de caridade facilita a transferência de bens excedentes da economia primária para um sistema secundário. Essa transferência também traz um benefício econômico para aqueles que doam os bens primários porque recebem um lucro equivalente por suas doações. As empresas de descontos para alimentos, por exemplo, ainda são capazes

de lucrar com os bens doados, porque: (a) reduzem seus custos de descarte e permitem, possivelmente, algumas economias de impostos; e (b) empresas que contribuem ou patrocinam oficialmente podem se beneficiar e melhorar sua imagem pública fazendo doações como uma forma de responsabilidade social corporativa (CSR).

A “nova economia da caridade”, portanto, ilustra a existência de uma sombra enorme e crescente do Estado de Bem-Estar Social. Ao contrário da imagem pública, bancos de alimentos, sopas comunitárias, lojas de roupas de caridade e outras não são as únicas iniciativas voluntárias na sociedade civil. Nossa pesquisa mostra que na Alemanha 90% das organizações na “nova economia de caridade” fornecem assistência material e um amplo espectro de serviços sociais. Assim, há uma forte conexão com o Estado de bem-estar formal, que também é evidente no financiamento da economia de caridade: o que pode ser encontrado é uma mistura de doações, patrocínio, fundos públicos, taxas de filiação, receitas geradas e/ou taxas de serviço. Além disso, os provedores de auxílio com base em doações frequentemente realizam testes de meios, nos quais os regulamentos existentes do Estado de bem-estar são frequentemente aplicados. Em outras palavras, o que liga a “nova economia da caridade” aos sistemas de serviço do Estado de bem-estar social é também a avaliação da situação do indivíduo pela administração pública. Isso é observável na colaboração indireta entre as autoridades públicas sociais e de bem-estar e os serviços da “nova economia de caridade”. Por exemplo, funcionários de centros e agências de emprego apontarão serviços, como pontos de distribuição de alimentos, a pessoas carentes que estão pleiteando benefícios do Estado. Assim, uma nova relação de subsidiariedade – em que se espera que a unidade menor forneça assistência antes da próxima unidade maior – é estabelecida. Funcionários da administração pública compreendem os serviços da “nova economia de caridade” como um complemento – ou mesmo um substituto – dos benefícios reais do Estado de bem-estar, mesmo que não tenham base na lei social.

A “nova economia da caridade” poderia servir como um excelente exemplo da nova divisão do trabalho entre os três setores da sociedade civil, economia e Estado, em que suas respectivas fronteiras e lógicas de ação estão borradas. Estamos, portanto, no caminho de uma mudança fundamental nas formas tradicionais de apoio às pessoas necessitadas. ■

Contato com Fabian Kessl <fabian.kessl@uni-due.de>

> Discurso sobre segurança alimentar: desafios para o século 21

Por **Mustafa Koç**, Ryerson University, Canadá e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em Sociologia da Migração (RC31) e Agricultura e Alimentação (RC40)



A segurança alimentar surgiu como um discurso durante a crise financeira global em meados da década de 1970, como uma prioridade internacional para abordar a disponibilidade e a acessibilidade de alimentos para todos. Uma das definições mais conhecidas de segurança alimentar foi fornecida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996. De acordo com essa definição, a segurança alimentar *“existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades alimentares e preferências alimentares por uma vida ativa e saudável”*.

Apesar de seu amplo reconhecimento por organizações internacionais como a FAO, a segurança alimentar tem sido um conceito confuso, com múltiplas definições e prioridades diferentes que continuaram a mudar ao longo dos anos. A perplexidade conceitual do discurso de segurança alimentar reflete a imaginação conflitante

de como o acesso aos alimentos deve ser gerenciado nas economias de mercado, bem como as mudanças nas formas específicas como o sistema alimentar é organizado, ou seja, as políticas e práticas que definem as condições de provisão de alimentos na segunda metade do século XX.

Desde a década de 1980, a conceituação da segurança alimentar passou por uma revisão em um ambiente de liberalismo de mercado, intensificação das relações econômicas globais e reestruturação da economia e do Estado. As políticas neoliberais adotadas como solução para a crise financeira dos anos 1970 levaram a cortes nos gastos com programas sociais e mudanças nas condições de trabalho, a um encolhimento do papel do Estado na economia, à desregulamentação, à privatização e à liberalização do comércio. Essas mudanças levaram a um declínio nos empregos sindicalizados no setor manufatureiro e empregos precários e de meio período, principalmente nos setores informal e de serviços. O declínio nos programas sociais piorou a situação, resultando em maiores taxas de pobreza e insegurança alimentar.

O discurso da segurança alimentar neoliberal incluiu uma mudança da linguagem baseada em direitos da era anterior para uma orientada para o mercado, que identificou o alimento como uma mercadoria e a insegurança alimentar como um fracasso pessoal, e não como um fracasso do sistema agroalimentar. Um documento do Banco Mundial de 1993 refletia claramente essa mudança: *“Na prática, porém, a comida é uma mercadoria”*. À medida que as funções sociais do Estado de bem-estar diminuíram e os programas sociais nacionais foram baixados para os governos provinciais e locais, as funções de assistência social e assistência foram crescentemente sendo deixadas para organizações da sociedade civil (CSOs) e famílias. Organizações filantrópicas, como bancos de alimentos, começaram a preencher a lacuna deixada por programas sociais administrados pelo governo. Surgidos inicialmente nos Estados Unidos em 1967, os bancos de alimentos não tinham transparência e responsabilidade, diferentemente das agências de bem-estar social, mas começaram a se espalhar pelo mundo como importantes mecanismos de

>>

seguridade social para fornecer “excedentes de alimentos” às “populações excedentes”.

Em uma economia de mercado, os produtos que foram produzidos para consumo humano, mas que não podem ser vendidos no mercado antes de seu vencimento tornam-se excedentes. A redistribuição do excedente alimentar foi promovida como uma solução para lidar com o desperdício de alimentos e a pobreza alimentar. Essa preocupação aparentemente nobre, no entanto, tende a ignorar o papel dos cortes do governo na assistência social e os imperativos de *marketing* das empresas agroalimentares no aumento da insegurança alimentar. Embora seja verdade que até 40% dos alimentos produzidos para consumo humano sejam perdidos ou desperdiçados entre o campo e o prato, e a redução desse desperdício nos permita suprir toda a insegurança alimentar no mundo, as causas da insegurança alimentar não se devem à escassez de alimentos, mas sim a desigualdades no acesso. Atualmente, a maioria dos grãos e oleaginosas do mundo são usados como ração animal, biocombustíveis e produtos industriais, como xarope de milho rico em frutose, em vez de alimentos. A redução do desperdício de alimentos exige, portanto, um reexame crítico de como os imperativos de lucro do sistema agroalimentar e os subsídios em certos setores estão simultaneamente criando enormes excedentes de alimentos e de fome.

> O progresso não foi universal

Na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, foi assumido o compromisso de redução do número de pessoas subnutridas pela metade até 2015. Naquela época, o número estimado de insegurança alimentar era de 799 milhões. Em 2009, o número estimado de insegurança alimentar atingiu 1.023 bilhões. A FAO respondeu a isso mudando sua metodologia em 2012. Mesmo com essa nova metodologia, o número de pessoas subnutridas poderia ser reduzido para apenas 815 milhões em 2015. Além disso, na África e no Oriente Médio, o número de pessoas subnutridas mostra um aumento devido a guerras e conflitos armados. Nas últimas décadas, conflitos armados em diferentes partes do mundo transformaram milhões de pessoas em populações com excesso de insegurança alimentar. Segundo estimativas da FAO 2017, cerca de 60% dos 815 milhões de pessoas com insegurança alimentar e desnutrição crônica no mundo vivem em países afetados por conflitos. Cerca de 75% das crianças que sofrem de crescimento atrofiado, como resultado da desnutrição, vivem em países devastados pela guerra. A destruição de economias domésticas, infraestrutura e grandes instituições estatais devido à guerra também fez com que milhões de pessoas se tornassem refugiados, enquanto tentativas de conter movimentos populacionais dentro de suas respectivas regiões transformaram países vizinhos em campos de refugiados. Os 6 milhões de refugiados afegãos no Paquistão e no Irã e os 5,6 milhões de sírios na Turquia, na Jordânia, no Líbano, no Iraque e no Egito são apenas

dois dos exemplos recentes de movimentos populacionais regionais em massa. Embora os refugiados sofram insegurança alimentar e desnutrição crônica a longo prazo, eles também se tornam uma fonte de insegurança alimentar e instabilidade política nos países de acolhimento.

> Ameaças futuras à segurança alimentar

Em 2050, a população mundial deverá atingir 9 bilhões. À medida que as economias em desenvolvimento adotam os padrões de consumo perdulário dos países mais ricos e os conflitos armados em todo o mundo criam novas ondas de refugiados, o nível de insegurança alimentar pode piorar. Até agora, confiamos em encontrar maneiras de aumentar nossa capacidade produtiva e melhorar o acesso à alimentação para segmentos vulneráveis da população. As tentativas de aumentar a capacidade produtiva por meio de métodos agrícolas industriais levaram a uma crescente concentração de propriedade nas mãos de agricultores mais eficientes e empurraram milhões de camponeses e pequenos agricultores para as cidades. O uso crescente de agroquímicos também criou grandes problemas ambientais, como degradação do solo, poluição do ar e da água e perda de biodiversidade. A agricultura contribui para estimar 13% das emissões de gases de efeito estufa. O aumento dos impactos da mudança climática cria outra ameaça à capacidade de produção em todo o mundo. Enquanto buscamos novas políticas para melhorar a disponibilidade e acessibilidade dos alimentos e a redução de perdas e desperdícios, também poderemos precisar questionar nossas dietas, padrões de consumo e a organização do sistema agroalimentar que prevaleceu ao longo do último século.

O emergente movimento de soberania alimentar está conectando agricultores, trabalhadores e consumidores em um esforço em direção a um sistema alimentar alternativo. Embora a soberania alimentar compartilhe algumas ideias com discursos anteriores de segurança alimentar, com sua ênfase no papel dos Estados na definição das condições de provisão de alimentos dentro das fronteiras nacionais e locais, também inclui um novo sentimento de resistência à globalização. Diferente das interpretações neoliberais da segurança alimentar, o discurso da soberania alimentar reconhece a alimentação como um direito humano; sublinha a importância da propriedade e do controle da terra, da água e dos recursos genéticos pelos povos locais/indígenas; enfatiza a sustentabilidade e a resiliência em vez da eficiência no processo de produção; e rejeita o uso de comida como uma arma. Assim como a segurança alimentar, o discurso da soberania alimentar é também dinâmico e fluido, moldado pela mudança das histórias políticas e econômicas. Será interessante observar que papel a soberania alimentar desempenha na reconstrução da percepção pública das prioridades do sistema alimentar e na redefinição da segurança alimentar. ■

Contato com Mustafa Koç <mkoc@ryerson.ca>

> Modernidade global

Por **Sujata Patel**, Instituto Indiano de Estudos Avançados, Índia, e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em História da Sociologia (RC08), Desenvolvimento Urbano e Regional (RC21), Sociologia Conceitual e Terminológica (RC35), Sociologia Histórica (RC56) e membro do conselho da RC08

Desde o final da década de 1990, o termo “modernidade global” tem sido cada vez mais utilizado na literatura que debate a natureza e o conteúdo das teorias do mundo globalizado. O próprio termo combina dois conceitos, globalização e modernidade, e reformula as teorias de cada um à medida que se conectam entre si.

As teorias da modernidade global surgiram inicialmente das principais deliberações sociológicas que questionavam a relevância das teorias clássicas na avaliação das mudanças contemporâneas no interior do Norte Global. Essa questão levou à formação de outras questões, uma das quais era se as teorias de modernização dos anos 1950 e 1960 se baseavam em posições sociológicas clássicas e emulando a experiência europeia poderiam continuar a ser úteis para a compreensão da modernidade articulada em todo o mundo. Logo se reconheceu que o modelo de modernização na realidade homogeneizou e tornou hegemônica a experiência europeia, ao argumentar que a organização institucional e as características culturais do processo de modernização na Europa se replicariam em todo o mundo. O que era necessário segundo os acadêmicos era uma perspectiva que deslocasse a teoria da convergência da modernidade para uma que reconhecesse as diferenças que organizavam a experiência moderna nas várias regiões do globo.

A aceitação dessa posição dentro da sociologia tradicional abriu uma caixa de Pandora. Permitiu intervenções para este tema a partir de uma série de perspectivas tendo genealogias distintas, tais como weberiana, marxista, estruturalista e pós-estruturalista e justapostas a outras que se desenvolveram fora do Norte Global, denominadas teorias nativas e/ou meridionais. A entrada desses novos pontos de vista ampliou o escopo e o alcance do tema, constituindo-o como uma área separada de estudo e reflexão. Atualmente, a área acadêmica definida como modernidade global delibera um grande número de

preocupações que são ontológicas, epistemológicas e metodológicas em relação às teorias substantivas da modernidade, abrindo assim os fundamentos da disciplina da sociologia para debater novamente. Nesta breve nota, delinheio três conjuntos de perspectivas que surgiram desde o final dos anos 80 e início dos anos 90. Estas são as teorias de múltiplas modernidades, teorias nativas e sulistas e o ponto de vista do decolonialismo.

> Modernidades múltiplas

A teoria das modernidades múltiplas tem muitas variantes e envolveu muitos colaboradores. O termo foi conceituado por Shmuel Eisenstadt, que em muitos aspectos foi o arquiteto dessa posição e que ligou a modernidade aos estudos de civilização; no entanto, essa perspectiva também envolve interlocutores que evitam caracterizar a modernidade como civilizacional. O que conecta os estudiosos dessa perspectiva juntos são os seguintes pressupostos: a) não há uma, mas muitas modernidades, ou seja, a modernidade não é singular, mas plural; b) embora as expressões institucionais da modernidade possam ser semelhantes, suas diferenças estão relacionadas às distintas origens culturais de cada sociedade; e c) para compreender essas diferenças, é necessário reformular as teorias sociológicas clássicas.

Assim, o estudo das modernidades múltiplas recorre primeiro a ideias e posições europeias para fazer perguntas históricas e filosóficas sobre as distintas maneiras pelas quais diferentes experiências europeias da modernidade foram organizadas. Em seguida, indaga se essas diferenças apresentam uma formulação para organizar uma estrutura de avaliação das diferenças em todo o mundo. Em segundo lugar, os estudiosos tentam questionar os componentes do núcleo da modernidade em relação às periferias. Eisenstadt argumentou que o núcleo da modernidade é a agência humana. Ele caracteriza essa agência como autônoma, racional, criativa e livre. Terceiro, se o núcleo da

>>

“é necessário deslocar as práticas científicas da ciência ocidental porque elas fazem do sujeito um objeto de investigação”

agência humana é o da racionalidade, como esse núcleo se manifesta de maneira diferente em todo o mundo? Eisenstadt argumenta que essa agência humana central - racional - tem sua origem nas distintas religiosidades das civilizações axiais. No entanto, foi na civilização cristã-europeia axial que os atributos da modernidade surgiram primeiro e depois foram difundidos. Este modelo ocidental não foi aceito em seus moldes e padrões originais e seus atributos culturais foram selecionados, reinterpretados e reformulados à medida que estes se engajavam com as características recebidas de cada civilização axial. Como consequência, novas características principais surgiram; estes constituíram versões posteriores das modernidades. Assim, embora sempre haverá uma convergência em todo o mundo com relação aos aspectos centrais da institucionalização, tais como estruturas ocupacionais e industriais ou aquelas na educação e formação de cidades, haverá diferenças na forma como a dinâmica institucional e os problemas relacionados se desenvolvem como agência e estrutura interagem umas com as outras.

Tem sido sugerido que a tese das múltiplas modernidades contribuiu para a virada cultural na teoria social contemporânea. Fica claro a partir do exposto acima que os processos materiais encontram pouca ou nenhuma representação nesta discussão da modernidade. Além disso, embora esta tese defenda a historicidade, não há referência ao colonialismo, sua organização da modernidade, seus processos de exploração e sua relação com os sistemas de conhecimento e especialmente com as ciências sociais. As perspectivas abordadas a seguir discutem essas questões.

> Teorias nativas e sulistas

As teorias nativas partem do pressuposto de que as ciências sociais precisam ter autonomia para enquadrar as preocupações epistêmicas em suas regiões. Eles aceitam o argumento de Raewyn Connell de que o poder desigual entre a metrópole e a periferia organizou as ciências sociais e que isso levou à universalização das teorias do Norte e seus pontos de vista, perspectivas e problemas. No meio acadêmico do Sul, dois conceitos avaliam esse processo. A primeira é a “extroversão”, conforme conceituada por Paulin Hountondji, que a define como ciências sociais orientadas externamente. O outro é “dependência acadêmica”, como concebido por Syed Farid Alatas. Este último argumenta que o conhecimento ocidental é imposto ao resto do mundo e, assim, permanece não contextual e não relevante. Esses estudiosos, portanto, argumentam pela necessidade

de estruturar sociologias alternativas dentro de narrativas/culturas “nativas”.

A teoria nativa argumenta que, se as ciências sociais cresceram no Ocidente através de um engajamento com seus sistemas filosóficos, também é possível fazer o mesmo a partir de outras culturas e sistemas filosóficos. Ele deseja dar uma voz epistêmica para si mesmo a fim de deslocar o poder da voz epistêmica do Ocidente. Acredita que pode criar princípios/abstrações que são sensíveis à história nativa e à vida social e ajudam a formular formas “alternativas” de fazer sociologia fora da linguagem da “sociologia universal” como formulada pela sociologia ocidental.

Há três tendências identificáveis dentro dessa perspectiva. A primeira é elaborada pelo sociólogo nigeriano Akiwowo Akinsola. Ele afirma que a sociologia pode ser constituída a partir dos contos, mitos e provérbios de seu povo, juntamente com “as leis da verdadeira sabedoria africana”. Ele e seus colegas reuniram uma teoria sociológica extraída da poesia da tribo loruba da Nigéria. Eles argumentaram que os princípios dentro dessa poesia sugerem que a unidade de toda a vida social é o indivíduo e que o indivíduo como um “eu corpóreo necessita da comunhão de outros indivíduos”, a vida comunitária baseada no bem comum é significativa para a existência do indivíduo. Esta posição tem sido questionada pelos vários problemas metodológicos e epistêmicos que ela representa, como o uso da cultura popular para construir uma teoria sociológica, a “verdade” de sua tradução e interpretação, e se suas formulações podem ser questionadas por métodos científicos.

A segunda tendência nos estudos nativos tentou responder à última questão - de poder resistir à interrogação por métodos científicos - sugerindo que a ciência ocidental não precisa ser afirmada como sendo a única no mundo. Argumentando a favor de uma ciência social autônoma que seja relevante e crítica, Syed Farid Alatas reformula a problemática da teoria nativa perguntando se culturas distintas e suas epistemologias podem ser usadas para constituir um novo trabalho científico crítico. Ele argumenta que os sistemas de conhecimento nativos, como o do Islã, têm dentro de si uma criticidade científica que pode questionar o trabalho empírico. Ele afirma que esses princípios também podem ser usados para constituir formas de fazer sociologia. A questão que ele coloca é: como o Islã fornece a base metafísica e epistemológica para a constituição de novos conhecimentos sem se comprometer com uma sociologia islâmica ou uma física islâmica? Tal intervenção

>>

não significaria abandonar a ciência, especialmente suas amarras no pensamento crítico e investigativo, mas, ao contrário, ampliar sua tela e incluir noções inovadoras de criticidade de uma cultura não-ocidental.

Uma terceira abordagem para os nativos emana do trabalho de Linda Tuhiwai Smith, cujo foco também está na ciência ocidental. Ela argumenta que é necessário deslocar suas práticas científicas porque elas fazem do sujeito um objeto de investigação. A ciência ocidental impõe “a verdade” aos povos e regiões do mundo, não se envolvendo com conhecimento interno. Ela sugere a necessidade de refazer a metodologia da ciência e defende uma ciência sensível aos valores culturais dos indivíduos, da comunidade e das pessoas que estão sendo investigadas. Ela pede aos pesquisadores que reflitam sobre formas de desestabilizar o poder dos processos de pesquisa objetivista e integrar a voz do subalterno/nativo ao processo de pesquisa.

Essas três tendências questionam as práticas acadêmicas no Sul. Uma posição mais revolucionária emergiu da perspectiva decolonial que segue a diretriz de Marx de que as ciências sociais precisam transformar o mundo ao invés de apenas refletir sobre ele.

> A perspectiva decolonial

A teoria/perspectiva decolonial – também chamada de programa de pesquisa colonialismo/modernidade – é um movimento intelectual originário da região latino-americana. Ele se baseia em uma combinação de perspectivas, incluindo teorias da dependência, teologia da libertação e teorizações dos movimentos sociais que representam a experiência latino-americana. Sua tela é ampla: argumenta que é necessário fazer uma crítica epistêmica e, portanto, metodológica das teorias europeias da modernidade, de tal modo que posições epistêmicas novas e originais possam ser articuladas. Defende a reformulação das ciências sociais através da criação de novas hipóteses que podem estender a investigação da modernidade às “próprias fronteiras do pensamento”.

Ela começa sugerindo que a principal falha nas teorias da modernidade contemporânea e na sociologia é o apagamento da experiência colonial a partir de sua linguagem teórica. Argumenta-se que essa invisibilidade tornou as teorias contemporâneas da modernidade etnocêntricas. Esse etnocentrismo é chamado de eurocentrismo. O eurocentrismo para os decolonialistas é uma episteme que incorpora todos os ramos das ciências sociais e é particularmente manifesta nas disciplinas da história e da sociologia. Três categorias reúnem essa posição: “colonialidade do poder” teorizada por Aníbal Quijano; “Interioridade/exterioridade” conceituada por Enrique Dussel; e “diferença colonial” concebida por Walter Mignolo. Todos os três se sobrepõem uns aos outros.

A colonialidade do poder, de acordo com Quijano, é construída sobre dois mitos eurocêtricos: evolucionismo e dualismo. Por um lado, o evolucionismo organiza a história como uma narrativa linear, movendo-se do primitivo para o moderno. Essa linearidade, conceitualizada nos primeiros períodos da modernidade europeia, foi imposta na interpretação de histórias não-europeias do mundo. O dualismo é outro dispositivo e mito usado pelo eurocentrismo para distinguir a história e a sociedade da Europa das não-europeias. Assim, através do dualismo, o eurocentrismo constitui o conhecimento do outro como seu oposto e em termos binários. Embutida neste binário está a hierarquia: isso coloca a história e a sociedade europeias como sendo superiores (dado que foi o primeiro a criar a modernidade) e o resto como sendo inferior.

A colonialidade do poder argumenta que o eurocentrismo constitui teorias que justificam o controle de: a) economia por meio da apropriação da terra, exploração do trabalho, controle dos recursos naturais; b) autoridade através das instituições do exército, polícia e poder político; c) gênero e sexualidade por meio do sistema familiar e educacional; e d) subjetividade e conhecimento através da elaboração de sistemas de epistemologia/conhecimento.

O conceito de diferença colonial de Walter Mignolo (a divisão da modernidade da colonialidade e seu uso para criar mais divisões e diferenças de conhecimento) continua a problemática estabelecida pela “colonialidade do poder” e a elabora como uma ferramenta epistêmica que privilegia o espaço intelectual e político (de e para os europeus). Mignolo sugere que esse conceito ajuda a compreender a objetivação do mundo colonial e de seus povos, a subordinação de seus imaginários e seus conhecimentos.

Enrique Dussel reformula o mito do evolucionismo de Quijano ao argumentar que a história contemporânea é concebida como uma teoria da interioridade extrapolada da história europeia regional para se basear no mito de ser universal e linear. Ele sugere que é necessário um programa de pesquisa de e para a modernidade como uma teoria da exterioridade, uma maneira de perceber o mundo de fora da Europa, de um ponto de vista descolonizado. A necessidade é redesenhar pressupostos filosóficos, sociais e históricos existentes na ciência social e apresentar alternativas baseadas nas vozes dos não-colonizados. O objetivo aqui é extremamente ambicioso: é reorganizar a episteme das ciências sociais como foi constituída no final do século XVIII e criar novas agendas de pesquisa para redesenhar os temas, especializações e questões, a fim de reenquadrar os próprios fundamentos das ciências sociais.

Contato com Sujata Patel <patel.sujata09@gmail.com>

> (Onde) Nós importamos? Olhando para trás na sociologia polonesa

Por **Marta Bucholtz**, Universidade de Bonn, Alemanha e Universidade de Varsóvia, Polônia



Leon Petrażycki e Florian Znaniecki,
duas grandes figuras da sociologia polonesa.

A história da sociologia na Polônia foi desde o início marcada pela tensão entre a relevância internacional e o engajamento local. A tensão é difícil de negociar, porque toca nos fundamentos profundos de sua identidade disciplinar e se traduz em estratégias de pesquisa, teorização, institucionais e biográficas.

A persistência da tensão deve-se em parte ao fato de que a sociologia acadêmica na Polônia era essencialmente uma importação estrangeira. Embora tenha havido muito pensamento social original em antigos territórios poloneses

no final do século XVIII e no século XIX (o país em si não existia em nenhuma forma durante a maior parte desse período), geralmente era ciência privada. Quando o processo de institucionalização da sociologia começou quase ao mesmo tempo em muitos países, a nova ciência rapidamente começou a se desenvolver ao longo de algumas linhas distintas. Estes foram marcados pela circulação do conhecimento e pelos envoltórios mútuos do que é frequentemente referido como tradições sociológicas nacionais. A nacionalização retrospectiva da ciência social dificulta a avaliação da contribuição de autores como Leo

Petrażycki ou Ludwik Gumplowicz. Seus conceitos altamente originais correspondiam à interação de interesses cognitivos e políticos locais em seu entorno, mas também refletiam sua participação na comunidade científica transnacional. Por outro lado, o impacto de acadêmicos da Europa Central e Oriental no desenvolvimento da ciência social como um todo era desproporcionalmente grande, exatamente porque as barreiras de acesso às redes científicas da Europa imperial antes de 1918 eram comparativamente baixas.

Essa dupla experiência de ter um interesse tanto na localidade quanto

>>

nas redes científicas transnacionais também foi o mesmo dos primeiros sociólogos acadêmicos poloneses educados no Ocidente, especialmente Florian Znaniecki e Stefan Czarnowski, cuja atividade se desenvolveu no estado-nação polonês recriado. Até então, a sociologia ocidental foi universalizada: uma nova ciência, um novo estilo de pensamento, um novo caminho de carreira, uma nova moda intelectual e um apreciado aliado na formulação de políticas. Um incentivo adicional óbvio para desejar uma parte de toda essa novidade era que absorvê-la mantinha um canal de comunicação com o Ocidente. Todo o século XIX na cultura polonesa pode ser contado como uma história de uma busca pela pertença que transcenda os limites da localidade. Tornar-se um sociólogo foi uma maneira de atingir esse objetivo.

Enquanto a primeira geração de sociólogos acadêmicos poloneses nas décadas de 1920 e 1930 aceitou a universalidade da sociologia ocidental como uma moeda de troca, para seus sucessores isso já não era uma questão tão simples. Nos tempos sombrios da Segunda Guerra Mundial e do stalinismo, o vínculo com a comunidade internacional foi cortado e o problema da pertença e da relevância, em oposição à paroquialidade e à marginalidade, apresentou-se de forma muito acentuada. Quando a sociologia polonesa se reabriu ao mundo na década de 1950, a estratégia de pertencimento precisou ser refinada. Felizmente, descobriu-se que a sociedade polonesa sob o socialismo era fascinante para o Ocidente, e unir os dois mundos tornou-se uma missão de sociólogos - os mais cosmopolitas e orientados para o Ocidente entre os cientistas sociais - que desfrutavam de muita liberdade comparados com os de outros países do bloco oriental. Por mais de três décadas, a melhor maneira de pertencer era ser eclético em teoria (com forte influência do marxismo polonês feito em casa,

longe dos padrões soviéticos) e orientado localmente na pesquisa. O Ocidente prontamente veio a perdoar o inglês desajeitado, escritos acadêmicos estranhos, lacunas na formação teórica e, muitas vezes, uma metodologia bastante bruta, porque na época aqueles estranhos surpreendentemente civilizados do Oriente selvagem eram bem-vindos. Se houve algum ponto no século XX em que a sociologia polonesa foi orientada no sentido de Edward Said, foi provavelmente naquela época. Por outro lado, alguns sociólogos, para mencionar apenas Stanislaw Ossowski, conseguiram praticar a habilidade de pertencer a dois mundos ao mesmo tempo.

Essa tendência - de que, em virtude de ser um sociólogo polonês, alguém poderia automaticamente reivindicar validade universal e relevância internacional - culminou na década de 1980. Isso porque a localidade polaca, com a marca do "Solidarność", obviamente era universalmente importante. Foi também teoricamente inspirador e empiricamente desafiador. Mas o efeito da novidade foi rapidamente consumido. Felizmente, em menos de dez anos, uma nova chance de reivindicar a relevância internacional veio com a transformação sistêmica: depois de 1989, todos estavam interessados nela, embora a Polônia fosse apenas uma companheira de outros países pós-socialistas, não um tipo de sociedade no seu direito.

Como força de expressão, a sociologia polonesa deveria ser grata pelo recente retrocesso democrático no país. O ano de 2015 reavivou o interesse na transformação polonesa. No exterior, perguntam-nos agora o que deu errado depois de 1989, e respondendo a essa questão essencialmente local, podemos novamente contribuir para o debate geral sobre a crise da democracia e do estado de direito, as guerras culturais

e as contra-revoluções populistas. Nossa localidade vale mais uma vez para todo mundo.

Mas vamos supor que a reação antidemocrática possa ser resolvida e que a estabilidade política seja restaurada, e que a sociedade polonesa volte à fase que parecia ter alcançado depois de 2007: a estabilização sem incidentes. Em que nos envolveremos então? A sociologia polonesa era, até agora, em grande parte, uma ciência de uma autoproclamada sociedade anormal, um pesquisador autoinfligido de desvios tanto reais quanto imaginários. Nós nos alimentamos do excepcionalismo polonês, mas uma coisa que realmente devemos desejar para a nossa sociedade é que ela finalmente deixe de ser uma exceção. Isso, no entanto, significaria que teríamos que encontrar outras maneiras de lidar com o imperativo de cem anos de ser universalmente importante.

O desafio não é trivial. A velha pressão sobre a relevância internacional enraizada nos dilemas éticos da intelligentsia do século XIX ganhou algum apoio inesperado da gestão neoliberal da ciência e da educação superior, que o atual governo conservador nacional suavemente assumiu de seus predecessores liberais. Em meu livro *Sociology in Poland: To Be Continued?* (2016) argumentei que lidar com a tensão entre a relevância internacional e o envolvimento local era a única maneira de a sociologia polonesa sobreviver e importar. A resistência ao fascínio das recompensas às vezes fictícias da relevância universal é um meio tão importante para esse fim quanto a percepção sóbria de que nossa própria sociedade não é importante para nós porque é única para os outros. ■

¹ A autora agradece o apoio do Centro Nacional Polonês de Ciências

Contato com Marta Bucholc
<mbucholc@uni-bonn.de>

> Jovens trabalhadores precários na Polônia e na Alemanha

Por Jan Czarzasty e Juliusz Gardawski, Escola de Economia de Varsóvia, Polônia, Adam Mrozowicki, Universidade de Wrocław, Polônia e membro do Comité de Investigação sobre Movimentos Laborais do ISA (RC44), e Vera Trappmann, Escola de Negócios da Universidade de Leeds, Reino Unido



Há muitas evidências de que a geração mais jovem em toda a Europa experimenta cada vez mais incertezas em suas vidas, decorrentes do crescimento do emprego temporário e involuntário em tempo parcial, da queda da densidade sindical e das difíceis transições escola-trabalho. O projeto PREWORK se concentra em dois países europeus, Alemanha e Polônia. A Alemanha é representativa da economia de mercado coordenada (CME, como Hall e Soskice a chamam) tradicionalmente conhecida por segurança institucionalmente garantida para os trabalhadores. No entanto, as reformas do mercado de trabalho dos anos 2000 também contribuíram para a disseminação do trabalho das agências, aumento do trabalho

temporário, desigualdade no mercado de trabalho, estagnação salarial e negociação de concessões pelos sindicatos. Na Polônia, estando mais próximos da economia de mercado liberal (LME), as recentes ondas de precarização do emprego decorreram de mudanças legais visando à flexibilização do mercado de trabalho.

Em ambos os países, os jovens são desfavorecidos no mercado de trabalho, o que envolve altos níveis de emprego temporário (na Polônia), um risco crescente de pobreza e trabalho na pobreza (na Alemanha) e maiores riscos de exclusão econômica em ambos os países. Assumimos que a precariedade juvenil que se segue pode ser vista em termos de emprego incerto; perda de salário, inserção social e direitos sociais totais; e o sentimento

subjetivo de precariedade constituído por uma perda de reconhecimento e integração social. No entanto, apesar desses desdobramentos negativos, a mobilização coletiva de jovens contra a precariedade é limitada e sua satisfação geral com a vida continua bastante alta. Isso leva à questão: qual é a relação entre condições de trabalho cada vez mais precárias, consciência social e estratégias de vida dos jovens? A precariedade é percebida como um *problema* por jovens trabalhadores na Polônia e na Alemanha? Ou eles veem isso como uma *norma*, uma parte esperada de seu ambiente de trabalho para o qual um indivíduo precisa se adaptar?

O PREWORK procura a resposta em dois níveis: 1) investigando o impacto de condições de trabalho e

de vida instáveis em várias dimensões da consciência socioeconômica de trabalhadores precários com pesquisas do CATI na Polônia e Alemanha em enormes amostras aleatórias de pessoas (N = 1.000 em cada país) com idade entre 18 e 30 anos; e 2) examinando a relação entre o aumento do emprego precário e as estratégias de vida/padrões de carreira dos jovens e as formas de sua mobilização coletiva (e desmobilização), através de mais de 120 entrevistas narrativas biográficas com jovens trabalhadores precários na Polônia (60) e Alemanha (60), com idade entre 18 e 35 anos, que estão em empregos fora do padrão, desempregados ou em formas precárias de VET (treinamento educacional vocacional).

O estudo ainda está em andamento, mas algumas observações preliminares podem ser apresentadas. A pesquisa quantitativa lança luz sobre a percepção subjetiva de precariedade: 48,8% dos jovens trabalhadores poloneses e 31% dos jovens alemães que trabalham admitiram ter trabalhado em condições precárias, definidas como recebimento de baixos salários ou trabalhos com contratos de curto prazo. No entanto, a consciência econômica da juventude nos dois países varia.

Ao contrário de nossas expectativas, o status precário dos jovens poloneses e alemães não tem impacto significativo em suas visões normativas da economia. Assumimos que ter um contrato não permanente resultaria em um apoio mais forte à intervenção estatal na economia e no igualitarismo. O indicador utilizado em nossa pesquisa incluiu quinze variáveis. Na Polônia, apenas cinco variáveis apresentam uma diferença estatística entre as respostas de pessoas com um contrato permanente e pessoas com contratos temporários. Além disso, empregados em contratos não permanentes mostram em algumas dimensões atitudes mais liberais do que aqueles com contratos permanentes. Na Alemanha, as diferenças são mais claras. As pessoas

com contratos não permanentes apoiam ligeiramente os princípios estatistas (33,8% vs. 24,8%), enquanto se inclinam um pouco mais para o igualitarismo social (69,1% contra 65%, respectivamente). As visões econômicas dos jovens poloneses são uma combinação de forte apoio ao "capitalismo doméstico" (preferências por empresas polonesas e regulação estatal da economia) com inclinações ultraliberais relativamente firmes: 53,4% dos entrevistados poloneses preferem pensões voluntárias por idade ao invés daquelas compulsórias, comparados a apenas 12,3% alemães. A consciência econômica dos jovens alemães está mais próxima da economia de mercado coordenada (CME), com seu apoio à codeterminação no trabalho, compensação de diferenças de renda pela política tributária e livre circulação de trabalhadores na Europa (apoiada por 88,7% dos entrevistados alemães), contra 66,6% na Polônia). Os pontos de vista dos jovens poloneses estão mais próximos da economia de mercado liberal (LME), apesar de algumas inconsistências notáveis.

A pesquisa qualitativa nos fornece percepções sobre o enquadramento biográfico das experiências relacionadas ao trabalho. Nós reconstruímos seis tipos diferentes de estratégias de vida relacionadas ao trabalho, variavelmente ligadas às formas de lidar com a precariedade. Para os "trabalhadores" - operários precários que anseiam por emprego estável e previsível - a flexibilidade ocupacional não é normativamente aceita, mas adaptada e enfrentada por meio da busca por estabilidade em outros domínios da vida não relacionados ao trabalho, bem como autolimitação de aspirações. "Profissionais", geralmente trabalhadores de escritório que aspiram a um emprego estável e em tempo integral com maior renda e boas perspectivas de carreira, legitimam a precariedade como uma experiência necessária relacionada à transição para o mercado de trabalho ou, particularmente em grupos mais antigos, criticam essa experiência

por bloquear projetos de vida. Uma abordagem diferente é exibida por "criativos", muitas vezes realizando trabalhos baseados em projetos em ONGs, ocupações criativas e setor cultural, que veem a flexibilidade como um preço necessário para a liberação da rotina de trabalhos corporativos ou de fábrica. Para os "bricoleurs", experimentando vários projetos empreendedores, a precariedade é percebida como um custo necessário da independência do empregador, da família ou do apoio do Estado. Finalmente, há o tipo "bloqueado", crítico da precariedade, mas que não se contrapõe a ela devido a problemas psicológicos e/ou rejeição dos custos biográficos a serem pagos pela segurança, e o tipo "retirado" caracterizado pela distância dos informantes do mundo de emprego regular que perdeu (ou nunca adquiriu) significado biográfico.

Investigações quantitativas e qualitativas revelam que os jovens de ambos os países se sentem precários, mas geralmente não criticam ou desafiam sua precariedade. A maioria dos jovens parece ter se acostumado com a precariedade, considerando-a temporária, seja devido ao estágio de vida ou devido aos investimentos que estão fazendo e que acabarão por compensar. A crítica é fraca e raramente leva à mobilização política ou sindical. Em outras palavras, estamos testemunhando a contínua "normalização" da precariedade, que vem a ser tratada por muitos jovens como uma condição quase natural. ■

¹ Este artigo foi preparado no âmbito do projeto do PREWORK "Jovens trabalhadores precários na Polónia e na Alemanha: um estudo comparativo sociológico das condições de trabalho e de vida, consciência social e envolvimento cívico" financiado pelo Centro Nacional de Ciência da Polónia e pela Fundação de Pesquisa Alemã (DFG). A equipe de pesquisa na Alemanha inclui Vera Trappmann, Jule-Marie Lorenzen, Alexandra Seehaus e Denis Neumann. A equipe polonesa inclui Juliusz Gardawski, Adam Mrozowicki, Jan Czarzasty, Magdalena Andrejczuk, Aleksandra Drabina-Rózewicz, Jacek Burski, Mateusz Karolak, Agata Krasowska.

Contato com:
Adam Mrozowicki (corresponding author)
<adam.mrozowicki@uwr.edu.pl>,
Jan Czarzasty <jczarz@sgh.waw.pl>
Juliusz Gardawski <jgarda@sgh.waw.pl>
Vera Trappmann <V.Trappmann@leeds.ac.uk>

> Por que as pessoas votam em partidos de direita?

Por Katarzyna Dębska, Sara Herczyńska, Justyna Kościńska, e Kamil Trepka, Universidade de Varsóvia, Polônia

Apesar do apoio popular, o governo do PiS também inspirou protestos generalizados. Flickr/Platforma Obywatelska RP. Alguns direitos reservados.

Como Arlie Hochschild explicou na [Diálogo Global](#) em 2016, os sociólogos precisam buscar respostas para a questão colocada no título deste artigo não apenas em processos econômicos e sentimentos sociais emergentes, mas também nas biografias dos membros desses partidos. Uma intuição semelhante informou a nossa equipe de investigação (composta – além dos autores do texto – pelo Prof. Maciej Gdula como investigador principal, e Stanisław Chankowski, Maja Głowacka, Zofia Sikorska e Mikołaj Syska) que exploraram as razões para o apoio crescente ao Lei e Justiça (PiS), o partido no poder na Polônia desde 2015. O Lei e Justiça é considerado um partido socialmente conservador: conservador no sentido de valores e estatista na dimensão econômica. Embora este governo eurocético e nacionalista tenha enfrentado muitas críticas tanto da União Europeia como das partes mais liberais da sociedade polonesa, o seu apoio tem aumentado: atingiu 50% nas pesquisas realizadas no final de 2017.

> Apresentando o nosso estudo

Nosso estudo foi realizado em uma cidade do condado na Polônia central, que apelidamos de “Miastko” (“cidade pequena” em polonês). O partido no poder recebeu quase 50% dos votos em Miastko em 2015, em comparação com 37,6% em todo o país. Nosso relatório foi publicado como “Boa mudança em Miastko: Novo



autoritarismo na política polonesa a partir da perspectiva de uma cidade pequena”. Os políticos do PiS usaram a noção de “boa mudança” desde o início da campanha presidencial de 2015.

Para explorar as convicções políticas dos apoiadores do PiS, realizamos duas entrevistas com cada um dos 30 entrevistados – habitantes de Miastko: a primeira entrevista foi biográfica, e a segunda, sobre pontos de vista sobre aborto ou políticas do Estado de bem-estar social. Nossa metodologia baseou-se na teoria de distinção de classe de Pierre Bourdieu e sua adaptação polonesa por Maciej Gdula e Przemysław Sadura. Dividimos nossos entrevistados em dois grupos: a classe trabalhadora e a classe média. É importante notar que não conduzimos entrevistas com os chamados “derrotados pelas transformações”, um termo que denota pessoas que se saíram mal sob as mudanças capitalistas após 1989.

> Dois tópicos altamente contestados: aborto e refugiados

Os entrevistados da classe trabalhadora geralmente se opunham à proibição total do aborto. As mulheres idosas da classe trabalhadora favoreciam a liberalização da lei antiaborto existente. Mulheres de classe média geralmente defendiam a necessidade de liberdade de escolha

para as mulheres e enfatizavam o ônus de educar uma criança doente. Apesar da abertura significativa de alguns dos nossos entrevistados para uma possível liberalização dos regulamentos antiaborto, apareceu também uma voz forte contra o aborto em geral.

A maioria de nossos entrevistados foi contra aceitar refugiados na Polônia. Os entrevistados da classe trabalhadora argumentaram que os refugiados não gostariam de trabalhar e esperariam benefícios sociais. Eles destacaram o perigo que representam para o sistema polonês de assistência social e a injustiça resultante dos benefícios que podem obter. Eles ligavam a situação dos refugiados à guerra e geralmente admitiam que deveriam receber apoio, mas se opunham a ajudá-los em território polonês. Apenas dois argumentaram que aceitar refugiados na sociedade polonesa não prejudicaria ninguém – por causa do pequeno número que o governo anterior havia proposto aceitar.

Os entrevistados da classe média afirmaram com mais frequência que os imigrantes representavam uma cultura diferente e não estavam dispostos a aceitar as regras da cultura polonesa e europeia. As referências à solidariedade com os que escaparam da guerra, e à semelhança de sua experiência de guerra e instabilidade

>>

política com a sociedade polonesa, apareceram com extrema raridade. De acordo com os entrevistados da classe média, os refugiados deveriam permanecer “onde eles pertencem, onde eles têm o seu próprio lugar”. Para alguns, a ideia da Europa era definida pela exclusão; proteger a “pureza” da Europa exigia que os refugiados, identificados apenas com sua religiosidade e etnia, fossem deixados de fora. A disposição para ordenar e limpar os limites aparece em uma solução proposta por uma de nossas entrevistadas de classe média: se os refugiados precisam estar na Polônia, devem ser separados da sociedade polonesa.

> Destruição de instituições do Estado democrático de direito

Em dezembro de 2015, o governo começou a obstruir o trabalho do Tribunal Constitucional, que é mandatado para julgar se uma lei está de acordo com a constituição polonesa. O governo anterior havia elegido cinco juízes para o Tribunal Constitucional em setembro de 2015, apenas um mês antes da eleição legislativa. A maioria parlamentar de então, uma aliança da Plataforma Cívica conservadora-liberal e do Partido dos Camponeses, tinha o direito de eleger três juízes, mas elegeu cinco. Apesar de o Tribunal manter a eleição de três juízes (legalmente eleitos) e invalidar a de outros dois (eleitos ilegalmente), o novo parlamento dominado pelo PiS indicou cinco novos juízes e impediu a publicação das decisões do Tribunal. O juramento dos recém-eleitos juízes pelo presidente Andrzej Duda levou não só a uma crise constitucional, mas também a manifestações de rua em Varsóvia e outras grandes cidades polonesas. A resposta à questão de saber se as medidas do governo relativas ao Tribunal Constitucional eram legítimas não foi dividida entre linhas de classe, mas em linhas partidárias: os defensores do PiS eram a favor de suas ações, alegando que restaurou a “pluralidade” a um suposto Tribunal gerido pela plataforma cívica; Para seus adversários, essas medidas foram um ataque à democracia e uma

tentativa bem-sucedida de suspender qualquer controle constitucional sobre o governo.

> Política social do PiS: o programa “Família 500+”

O programa “Família 500+” foi introduzido em abril de 2016 como o carro-chefe da política social do governo PiS. É certamente uma das suas medidas políticas mais importantes. O programa é um programa universal de benefícios para crianças; cada família recebe 500 zlotys (cerca de 120 euros) pelo segundo e terceiro filho (as famílias pobres podem receber o dinheiro também pelo primeiro filho). Sua implementação marca uma mudança significativa na Polônia pós-comunista: é a primeira vez desde 1989 que o estado polonês implementou um esforço de redistribuição em larga escala, beneficiando tanto a classe média quanto a classe trabalhadora.

A maioria dos participantes apoiou a implementação de benefícios infantis, sendo as únicas exceções alguns adeptos da classe média da oposição liberal que a consideravam como uma forma de “comprar votos”. Os benefícios encontraram aceitação junto à maioria dos entrevistados de classe média que consideraram a sua introdução um símbolo da nova força do país. Pagar benefícios para crianças não era visto como uma extravagância, mas sim como uma medida “normal” típica dos países bem desenvolvidos do Ocidente, e um sinal de que a Polônia estava se juntando a eles. Os participantes da classe trabalhadora também eram a favor dos benefícios infantis, embora uma parte significativa deles também tenha expressado apoio à proposta de que as autoridades locais devem controlar o gasto de benefício de alguns beneficiários.

> As causas do apoio ao PiS são multivariadas

O Lei e Justiça representa um novo modelo de decisão, trazendo à tona o seu programa redistributivo. Nossa pesquisa descobriu que os defensores

do PiS são muito mais diferenciados do que é assumido pela opinião pública. Neste artigo, tentamos explorar quais são essas diferenças sociais e a que fatores podemos atribuir a ascensão de partidos de direita.

Nossa pesquisa mostrou que não é apenas o apoio financeiro aos pobres que desencadeou o apoio ao PiS. Em vez disso, ele é bem-sucedido porque suas ações atraem as várias necessidades e valores de todas as classes. Os políticos do PiS respondem às necessidades de dignidade e reconhecimento da classe trabalhadora, criticando o consumo ilimitado das antigas “elites” às custas do governo. Eles também falam às disposições da classe média em seu desejo de soberania e ordem. Nosso estudo revelou um padrão muito interessante: as opiniões e declarações políticas nem sempre se sobrepõem à experiência pessoal dos entrevistados.

Ao mesmo tempo, o PiS começou a destruir instituições democráticas (como o Tribunal Constitucional), tudo em nome da democracia e da “boa mudança”. A pesquisa revelou que os adeptos do PiS se consideram “democratas”, mas rejeitam sua forma liberal, que é essencialmente baseado em autolimitação. Maciej Gdula se refere a esse novo fenômeno pelo termo “novo autoritarismo”. Segundo Gdula, observamos agora um novo fenômeno – esse “novo autoritarismo” caracterizado pela mudança radical da esfera pública (dominada pela *Internet*, e não pelos jornais como no passado) e uma relação específica entre o eleitor e o líder do partido no poder.

Os resultados de nossa pesquisa confirmaram que as explicações prevalentes sobre o sucesso dos partidos de direita haviam se esgotado. As descobertas ganharam enorme atenção pública e desencadearam um amplo debate público envolvendo intelectuais de esquerda e de direita que se engajaram em discutir as divisões na sociedade polonesa. ■

Contato com:

Katarzyna Dębska <k.debska@is.uw.edu.pl>

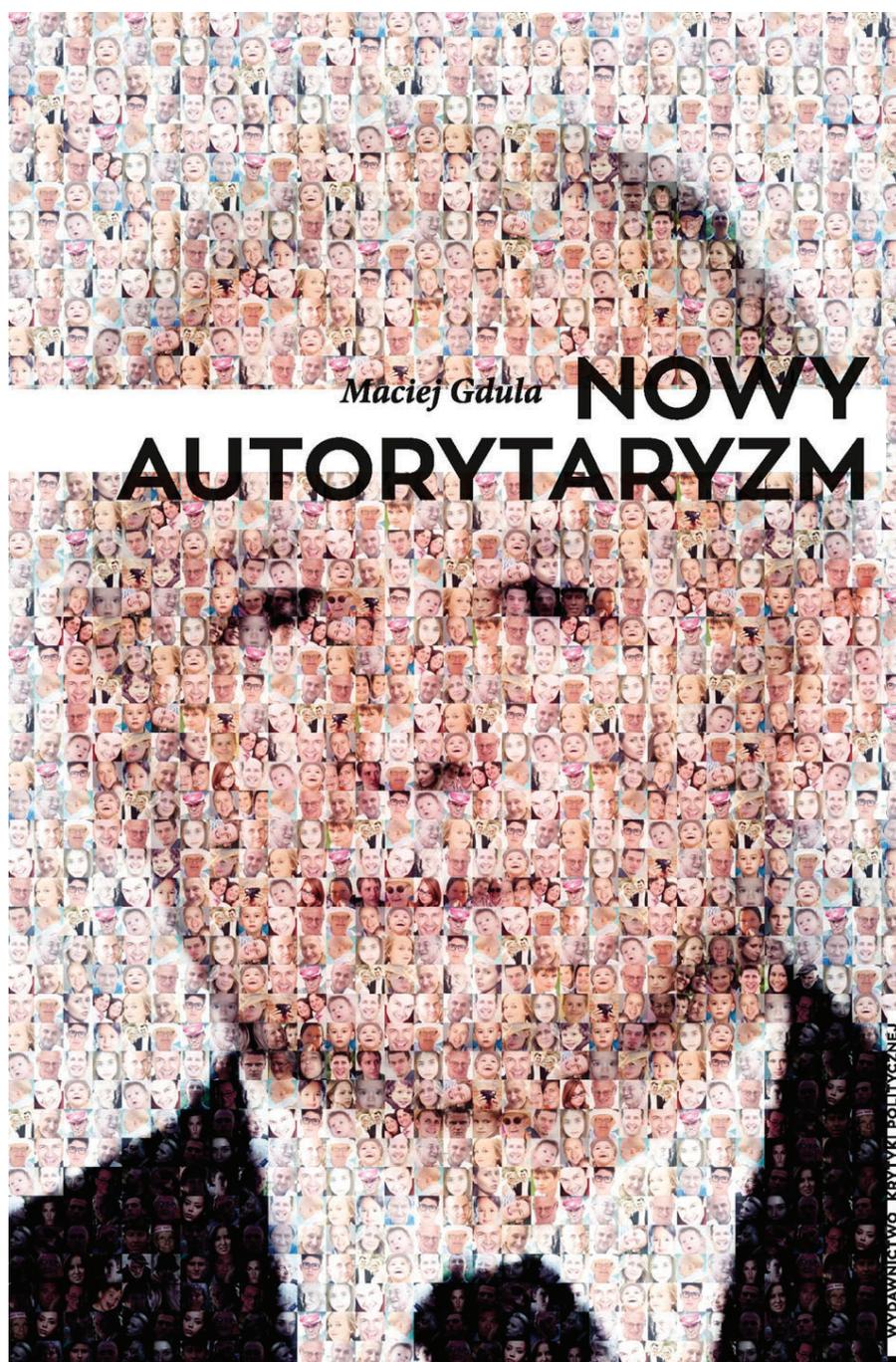
Sara Herczyńska <sara.herczynska@gmail.com>

Justyna Kościńska <j.koscinska@is.uw.edu.pl>

Kamil Trepka <k.trepka@is.uw.edu.pl>

> Prospectos para a sociologia na nova esfera pública

Por Maciej Gdula, Universidade de Varsóvia, Polônia



O Novo Autoritarismo de Gdula é um bom exemplo de sociologia pública.

Em novembro de 2017 havia dois anos desde as eleições que permitiram que o partido Lei e Justiça (PiS) formasse o seu próprio governo. Embora muitas regras da democracia liberal tenham sido violadas, mais de 40% dos eleitores ainda apoiavam o governo. Foi nesse ponto que apareceu meu relatório “Boa mudança em Miastko: neo-autoritarismo na política polonesa a partir da perspectiva de uma cidade pequena”.

Este relatório, baseado em pesquisa realizada em uma pequena cidade localizada no centro da Polônia - Miastko - provocou uma discussão acalorada, na qual jornalistas, políticos e cientistas participaram por várias semanas. Alguns de seus conceitos e interpretações tornaram-se pontos de referência constantes nos debates em curso sobre política e sociedade. Em vez de celebrar o sucesso do relatório, no entanto, gostaria de pensar em suas condições sociais de possibilidade. Isso pode ser importante para repensar a estratégia para a presença da sociologia na esfera pública e para fortalecer seu papel não apenas em descrever, mas também em influenciar os processos sociais. Embora eu me

>>

refira principalmente ao contexto polonês, ele não é exclusivo dos processos que ocorrem na Polônia.

> Uma nova esfera pública

Para refletir sobre o alcance da sociologia para aumentar seu impacto no debate público, é preciso levar em conta as mudanças recentes na esfera pública. Resumidamente, estes consistem na transição da dominação da imprensa para a hegemonia da *Internet*. A antiga esfera pública – pelo menos em relação à política – foi organizada em torno da imprensa e os “intermediários culturais” – jornalistas, especialistas e políticos – desempenharam um papel crucial no debate público. A disseminação da *Internet* atingiu os meios impressos, tanto em termos de poder econômico e simbólico. Na Polônia, esse processo foi rápido e dramático. Por exemplo, o maior jornal, *Gazeta Wyborcza*, perdeu 75% de seus leitores entre 2005 e 2017.

Na esfera pública dominada pela *Internet*, há maior dispersão da produção de conteúdo. Isso é feito por meio de grandes *webcasts*, sites especializados menores e de produtores únicos, como os *YouTubers*, que costumam reunir grandes públicos-alvo. A competição pela atenção social entre esses produtores está se tornando mais acirrada, com ênfase na velocidade na reação, maior conflito, escândalo e moralidade.

> A fraqueza dos intermediários e a sociologia

O enfraquecimento das barreiras à entrada na esfera pública se traduz na disseminação de informações falsas e na proliferação de discursos que intencionalmente rompem com qualquer responsabilidade por referência à verdade, dando origem ao conceito de “pós-verdade”. A competição brutal pela atenção social está afastando o jornalismo baseado em processos mais longos de coleta de materiais e produção de textos complexos. A maneira de

assegurar a existência de muitos meios de comunicação é criar uma audiência relacionada à identidade, conectada com o meio por um senso de superioridade moral e participação não tanto em uma discussão sobre questões públicas, mas como em uma luta civilizacional.

A política e a discussão sobre assuntos públicos também se adaptam a essas condições e os políticos se tornam “militantes da mídia”, representando visões radicais e fornecendo declarações clicáveis.

O público participa da comunicação rápida, agressiva e moral, mas ainda há espaço para o conhecimento que se relaciona com importantes questões públicas e, ao mesmo tempo, confronta-os com os resultados da pesquisa. A competição acirrada entre produtores significa que o debate público tende a ser esterilizado e se move dentro do escopo de um comentário rápido. O jornalismo tradicional está ficando sem tempo e dinheiro. Nessa situação, o conhecimento sociológico que fornece uma nova interpretação da realidade encontra grande interesse e resposta, influenciando a direção do debate público.

> Fazendo sociologia que importa

Quais são, então, as regras para criar tal conhecimento? Com base no relatório sobre Miastko e sua recepção, arriscarei formular algumas teses.

Primeiro de tudo, o momento em que o texto aparece é importante. Na Polônia, o relatório sobre fontes de apoio ao PiS apareceu em um momento em que algumas das explicações usadas anteriormente se tornaram cada vez menos convincentes. Por exemplo, a visão comum era que, enquanto PiS prometia acertar as contas com a elite, ela criava novas elites, com tendência à corrupção, o que deveria ter levado a uma queda no apoio à traição de seus ideais. Enquanto isso, nada disso

aconteceu e o PiS ainda contava com o apoio de 40% da população. O relatório explicou este fenômeno com a noção de novo autoritarismo que, juntamente com outras questões, abordou o papel de um líder no controle de sua própria elite e na guarda da direção da mudança política.

Para que o estudo tenha impacto, a sincronização com os processos sociais em andamento é importante. É claro que isso não depende inteiramente dos sociólogos, mas não podemos ignorar a questão do ritmo de produção. Deve ser muito mais rápido do que a produção acadêmica tradicional para se relacionar com questões atualmente relevantes para um público mais amplo. Para aprofundar a pesquisa sobre os apoiadores do PiS, seria ideal conduzir pesquisas adicionais em vários locais, aumentar o número de entrevistas e elaborá-las minuciosamente. O problema é que os resultados desses esforços poderiam ocorrer, por exemplo, após a próxima eleição, quando eles seriam apenas históricos.

A segunda questão importante é a relação com o conhecimento do senso comum. Os discursos acadêmicos estão se tornando mais complexos, e os problemas de pesquisa e suas conclusões são construídos e apresentados de maneiras desafiadoras até mesmo para um leitor instruído. Ao construir conhecimento que supostamente tem um impacto social, devemos nos referir a julgamentos generalizados, mesmo que - e talvez especialmente quando - nós discordemos deles. Parece importante não rejeitá-los como evidência de imaturidade, ignorância, limitações mentais, etc., mas tratá-los como julgamentos sujeitos a verificação.

No caso de nossa pesquisa em Miastko, houve vários julgamentos populares sobre os apoiadores do PiS. Um deles era a crença de que os defensores do PiS são principalmente pessoas que são excluídas ou que pelo

menos têm uma sensação de dano profundo. Isso não foi confirmado por entrevistas biográficas, pois a grande maioria dos entrevistados falou sobre suas vidas em termos de atingir seus objetivos ou até mesmo em termos de sucesso. Outra convicção que levamos em conta foi a suposição de que o apoio ao PiS é baseado na gratidão por fundos do programa Família 500+ (um benefício mensal de aproximadamente 120 euros para cada criança após o primeiro). Os respondentes que votaram pelo PiS não definiram este programa em termos de satisfação de necessidades pessoais, mas o interpretaram como prova da solidariedade do Estado e um sinal de que a Polônia está finalmente se unindo aos países desenvolvidos na execução de uma política abrangente de apoio às famílias.

Em terceiro lugar, o conhecimento sociológico deve introduzir a complexidade que falta às discussões públicas. As pessoas gostam de simplificações, mas não o tempo todo! Se houver conhecimento que se conecte com suas experiências e opiniões e as aprofunde ou se envolva com elas, isso será de interesse. As pessoas que leram o relatório sobre Miastko estavam interessadas, por exemplo, em várias críticas às elites formuladas por representantes de apoiadores de PiS de baixa e média classe. Para os primeiros, a crítica baseava-se em apontar a alienação

da elite e sua distância das pessoas comuns. Para os últimos, ou seja, para a classe média, a elite perdeu seu mandato moral de governar, comprometendo-se com a corrupção. Esta foi a primeira ocasião depois de muito tempo em que o tema da diversidade de classes apareceu no debate público polonês.

Contra os estereótipos, as pessoas estão interessadas em conteúdo complexo e rigoroso. No entanto, isso deve ser mais do que uma exibição de complexidade científica. Simplificar a mensagem, que consiste em popularizar o conhecimento com o objetivo de gerar conflitos e competição pela atenção social, também não é um caminho para os sociólogos. Ao invés disso, a complexidade deve ser introduzida para causar irritação e atrito no discurso público.

> O papel da sociologia

O que podemos ganhar com a sociologia que gera conhecimento socialmente ressonante? Percebendo que não há resposta que satisfaça a todos os sociólogos, listarei as opções que são particularmente importantes para mim.

A sociologia desse tipo tem a chance de contrabalançar formas atuais de comunicação que tendem a terminar em conflitos rituais, nos quais a brutalização e a simplificação

da mensagem reinam supremamente. Não podemos culpar os jornalistas e políticos por esse estado de coisas. Eles operam em condições específicas que não podem negociar facilmente. No entanto, não há razão para que essas regras não possam ser aparadas pelos sociólogos, fornecendo conhecimento que contrabalance as tendências negativas que assombram nossa comunicação pública.

Uma tarefa importante da sociologia é dar uma voz real às pessoas para quem há pouco espaço na esfera pública. Para mim, é particularmente importante criar um espaço para as classes populares e mostrar suas perspectivas e experiências.

A terceira questão é como a sociologia se posiciona contra outros atores na esfera pública. Em minha opinião, o mais parecido é perceber isso em oposição a jornalistas e políticos. A sociologia é diferente devido à sua sensibilidade e ao conhecimento que proporciona, bem como à sua autonomia em relação à rivalidade pela atenção social e à distância da pressão dos conflitos políticos. Este tipo de sociologia pode ser um contrapeso para outros participantes na esfera pública, colocando restrições em seu poder para definir a realidade social. ■

Contato com Maciej Gdula
<gdulam@is.uw.edu.pl>